

entrevistas ● entrevistas ● entrevistas

Severiano Falcão: a APU e a Câmara de Loures

Pág. 8

Carlos Brito: o PCP na Assembleia da República

Pág. 3

A avaliar pelos «fumos de corrupção» a «AD» está toda a arder!...

EPAC (pág. 4) ● Estatuto do Deputado (págs. 3 e 4) ● A história dos incêndios da Quinta da Marinha e os interesses Champalimaud (pág. 4) ● A venda das participações do Estado (pág. 9) ● O Algarve sem água (pág. 4) ● O nebuloso caso da TAP e Air Madeira (pág. 9) ● ... e para a semana falaremos de Martim Moniz e Abecasis, dos 800 contos que Proença vai pagar a três escribas, de sabotagens na zona da Reforma Agrária!

BALSEMÃO NA TELEVISÃO

A IMAGEM DA CRISE FACE AO PROTESTO POPULAR

A comunicação ao País do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, apesar de não anunciada, não se pode considerar uma surpresa.

Esta intervenção vem, antes de tudo, confirmar o fracasso da longa e penosa «conversa em família» de há 11 dias e pretende claramente atingir os seguintes objectivos: exercer uma chantagem intolerável sobre outros órgãos de soberania, procurando impôr os planos subversivos do Governo, nomeadamente no que respeita à pretendida promulgação da lei da delimitação dos sectores público e privado; dar cobertura, através de posições demagógicas, a novas e pesadas medidas contra as condições de vida dos portugueses; disfarçar as mazelas do Governo e dar-lhe uma falsa imagem de força e operacionalidade em vésperas de férias.

Pinto Balsemão, no seu estilo titubeante e inseguro, lança uma cortina de fumo sobre a questão dos aumentos e regalias dos deputados, procurando amortecer o efeito da vaga de indignação da grande maioria dos portugueses, mas de facto limita-se a dizer que o Governo não poderá pagar este ano, o que significa que no fundamental está de acordo e disponível para o fazer num futuro próximo.

Todos sabem que a questão do Estatuto do deputado «é um negócio da AD». A hipocrisia de Balsemão fica mais uma vez evidenciada, ao vir à Televisão fingir críticas a uma medida que foi apresentada na Assembleia da República pelo partido de que ele é presidente e que foi aprovada pelos votos da «AD», com os votos contra do PCP. Aliás ontem mesmo, na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, a «AD» rejeitou

uma proposta do PCP de revogação dos recentes aumentos e regalias introduzidas no Estatuto do Deputado.

O principal objectivo da intervenção de Pinto Balsemão é no fundo preparar o terreno para uma nova e pesadíssima vaga de aumentos e de outras medidas tendentes a agravar ainda mais as condições de vida dos portugueses.

Pinto Balsemão não engana ninguém. A sua «austeridade» não é para todos.

Ainda estão vivos na consciência dos portugueses factos como a escandalosa negociação da liquidação da EPAC e o alastramento da corrupção nos círculos governamentais e da «AD». A recusa pela «AD» do inquérito à actuação do Governo no caso EPAC, impondo o seu adiamento, é mais uma prova do comprometimento do Governo nas negociações ligadas a esta questão.

Com a intervenção de Pinto Balsemão o Governo procura justificações para os seus erros e para as consequências ruinosas da sua política.

Querendo aparecer como governo «determinado» e com «iniciativa» a intervenção de Pinto Balsemão é no fundo a própria imagem da crise do Governo, das suas dificuldades, do desprestígio da sua política, da redução da sua base de apoio e da sua incapacidade de resolver os problemas nacionais.

É cada vez mais evidente que a actuação deste Governo não corresponde às necessidades do País e que se impõe a sua substituição por um governo democrático com uma política democrática.

Lisboa, 15 de Julho de 1981

A Secção de Informação e Propaganda
do Partido Comunista Português

festa da alegria

17-18-19

BRAGA

JUL/81



PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

No próximo domingo,
às 17 horas,
comício
com o camarada
Álvaro Cunhal

Pág. 6

SEMANA Nacional

8 quarta-feira

Uma comissão constituída por elementos de várias Câmaras Municipais alentejanas considera que a região atravessa actualmente uma situação de calamidade pública, devido à seca... Completa-se hoje a paralisação de dois dias levada a cabo pelos trabalhadores do sector têxtil das regiões do Centro e Sul e os distritos do Porto e Aveiro...

9 Quinta-feira

A Câmara Municipal de Loures, o terceiro município do país, deixa de ter «quorum» com a concretização da demissão dos dois vereadores do PSD, que seguiram o «exemplo» de quatro eleitos do PS na passada sexta-feira; enquanto decorre o processo para a marcação da data das eleições e nomeação de uma comissão administrativa, o PCP sublinha em comunicado que o PS, a exemplo do passado, pagará caro as alianças com os partidos da «AD», assumam elas ou não a forma de coligação... O secretário-geral do PS, Mário Soares, em entrevista à agência espanhola EFE, renova os seus ataques ao PCP sob a velha «fórmula dos estalinismos» e garante que não haverá, futuramente, quaisquer acordos PS/PCP...

10 Sexta-feira

O Conselho de gerência da Rodoviária Nacional, com a cobertura política do Governo «AD»/Balsemão, cede a exploração do Hotel Eva de Faro a uma misteriosa empresa privada, recentemente constituída e de que se desconhecem ainda os patrões; o desmantelamento, que os trabalhadores da empresa afirmam que vai continuar, está a ser possível a coberto de uma resolução aprovada em Conselho de Ministros... O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais responsabiliza o ministro das Finanças pela grande redução verificada na compra de electrodomésticos, devido ao anúncio oficial de uma descida de preços, considerando que a anunciada medida tem muito pequeno alcance... Falando num comício realizado no âmbito da Festa Saloia promovida em Loures pelo PCP, o dirigente comunista Octávio Pato afirma que a «AD» e o PS de Mário Soares buscam pontos de entendimento que permitam à «AD» conseguir por outras vias o que não pôde através das eleições de 7 de Dezembro, onde foi estrondosamente derrotada.

11 Sábado

Realizou-se durante todo o dia em Lisboa o I Encontro Nacional do Movimento de Opinião «Não às Armas Nucleares em Portugal», iniciativa onde participaram cerca de 300 pessoas e onde se fez um balanço da acção desenvolvida desde Março contra a instalação, proliferação e trânsito de armas nucleares em Portugal... Falando num comício realizado no âmbito da Festa Saloia promovida em Loures pelo PCP, o dirigente comunista Octávio Pato afirma que a «AD» e o PS de Mário Soares buscam pontos de entendimento que permitam à «AD» conseguir por outras vias o que não pôde através das eleições de 7 de Dezembro, onde foi estrondosamente derrotada.

12 Domingo

Um fogo de grandes dimensões, ao que se suspeita de origem criminosa, põe em perigo cinco povoações do concelho de Soure, distrito de Coimbra, antes de ser dominado, destruindo uma grande extensão de matagal e arvoredo... A União dos Sindicatos do Porto (USC) acusa o Governo de tentar destruir as nacionalizações e passar para as mãos dos grandes capitalistas exploradores os bens do Estado... O Sindicato dos Enfermeiros do Sul manifesta o seu descontentamento perante a falta de cumprimento do projecto de carreiras aprovado entre o Governo e os quatro sindicatos do sector, o qual abrange cerca de 20 000 enfermeiros de todo o País.

13 Segunda-feira

Os ministros da Indústria de Portugal e Espanha analisam em Lisboa as possibilidades de cooperação entre os dois países no âmbito da energia, tendo o ministro espanhol, Boyon Marin, referido no final, durante uma conferência de imprensa, que a questão da segurança das centrais nucleares espanholas localizada junto à fronteira com Portugal «seria resolvida» por uma comissão permanente formada por representantes portugueses e espanhóis... A TAP Air Portugal e as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) assinam um acordo de cooperação para vigorar a partir de amanhã e durante um ano, tacitamente renovável... O Supremo Tribunal de Justiça ordena a anulação dos julgamentos dos delictos do chamado «caso PRP», não considerando todavia aplicável aos delictos do PRP a Lei da Amnistia por «ao tempo dos assaltos não haver uma situação de insurreição».

14 Terça-feira

A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul e os Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro lançam uma campanha conjunta em doze distritos com vista à revisão da regulamentação de trabalho do sector, que não é actualizada há mais de dois anos... A «AD» rejeita, no âmbito da reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, propostas do PCP (revogação) e dos partidos que integram a FRS (suspensão) relativos aos aumentos e demais regalias introduzidas no Estatuto dos Deputados, impondo uma outra proposta em que se remete para a próxima sessão plenária (que deverá ser em Outubro) a «reapreciação» daquela matéria.

Editorial

VIRAGEM DE POLÍTICA E DE GOVERNO AO ALCANCE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Amadurecem as condições para uma nova mudança qualitativa a curto prazo na situação política do País. Amadurecer, porém, não basta. As mudanças qualitativas — as grandes mudanças significativas — não se produzem automaticamente pela simples acumulação de mudanças quantitativas. É um processo complexo de transformação que exige como condição prévia basilar uma audaciosa iniciativa política das forças da democracia e do progresso social. Nas condições concretas nacionais actuais será tomando audaciosamente a iniciativa política que as forças democráticas, progressistas e patrióticas portuguesas — a favor das quais se estão produzindo alterações quantitativas de vulto — abrirão rapidamente caminho ao advento em Portugal de uma situação política qualitativamente nova. Este sensível amadurecimento das condições favoráveis à extinção do monopólio político ilegítimo da Aliança reacçãoária foi sublinhado por Álvaro Cunhal quando há dias afirmava no comício do Vale do Silêncio «que uma viragem democrática poderá colocar-se na ordem do dia a curto prazo se todas as forças democráticas, designadamente o PS, voltassem com decisão à sua actividade para a demissão do Governo «AD» e para a formação de um governo democrático».

Nos nossos dias os acontecimentos rolam numa cadência célere. É uma característica do momento actual. Neste curto espaço de tempo os acontecimentos políticos internos e externos comprovaram largamente a justeza das palavras do Secretário-Geral do PCP.

As características principais da situação actual podem esquematizar-se em dois grandes planos sociais e políticos: 1.º) O Governo AD/Balsemão, a sua maioria parlamentar, o famigerado projecto político «AD» de destruição do regime democrático, chocam-se cada vez mais com o país real, com os interesses patrióticos e os profundos sentimentos democráticos do povo português; ajudam-se cada vez mais no lodacão de uma política económica antinacional e antipopular de defesa dos interesses de casta, de rapina e guerra dos grandes banqueiros, industriais e agrários, do capital estrangeiro e do imperialismo contra os interesses sociais do povo trabalhador da cidade e do campo e os do próprio País como nação independente. 2.º) Cresce e fortalece-se o movimento operário, popular e democrático; intensifica-se o combate contra a política do Governo, solda-se no terreno da luta a unidade das massas populares, dos trabalhadores da cidade e do campo, das mulheres e dos jovens, dos camponeses, dos reformados, da intelectualidade; o movimento de massas adquire de maneira crescente uma vincada expressão política contra a reacção no Poder.

Nestes dois grandes planos se encaixam os acontecimentos políticos principais destes últimos dias. A máquina de propaganda da Aliança reacçãoária no Poder esforça-se por confundir os dados reais dos problemas de fundo; procura iludir os portugueses; desviar as atenções do povo para questões marginais e subjectivas de traca política, quer entre a «AD» e as «oposições», quer entre os «parcelos», grupos e individualidades da própria «AD». Para o Povo português é sumamente importante não se deixar enredar nos labirintos da propaganda reacçãoária; é imperioso saber distinguir o que é a árvore e o que é a floresta para justamente compreender, interpretar e dar soluções adequadas aos problemas nacionais mais agudos; defender o Portugal de Abril; impor o caminho político para o prosseguimento e a consolidação das conquistas democráticas.

No primeiro aspecto das características principais da situação actual ressalta o exemplo demonstrativo do apodrecimento político da «AD» constituído pela escandalosa aprovação dos partidos da coligação reacçãoária governante, com a incompreensível abstenção do PS, do celebrado «Estatuto do Deputado» que concede aos «eleitos do Povo» privilégios imorais relativamente ao povo que os elegeu. A indignação de largas camadas da população portuguesa, em particular dos trabalhadores, que têm visto sistematicamente recusada pelo Governo AD/Balsemão e os seus representantes parlamentares, conjuntamente com o grande

patronato, a simples actualização dos salários face ao aumento brutal do custo de vida, que tem sido uma constante da política social do Governo, foi imediata.

A aplicação do celebrado «Estatuto» foi suspensa pelo Governo até ao mês de Outubro mas a «AD» não pôde lavar-se dessa afrontosa medida que rebalça ao nível da traficância a dignidade da função do deputado.

Foi a maioria «AD» que votou o celebrado «Estatuto» e é um verdadeiro tartuflismo político ver agora os «barões» da Aliança reacçãoária governante fingirem-se indignados com as suas próprias decisões.

Foi a indignação popular e a firme oposição do PCP e do MDP/CDE acolhidos pela UEDS e pela UDP que fez recuar a coligação reacçãoária na sua escandalosa iniciativa.

Justamente se lia num vespertino estatuizado de Lisboa que «em termos de subsistência, o que para quase toda a população é uma incerteza e um problema, não é para deputados (o articulista fala erradamente nos deputados em geral) que a si mesmos se autoconcederam regalias que ultrapassam superlativamente o que a dignidade da sua função impõe como justo». O PCP não se prestou ao jogo.

O escândalo da EPAC, no qual apareceram envolvidos familiares do próprio ministro Cardoso e Cunha, uma negociação de 40 milhões de contos que daria só em lucros às novas concessionárias do comércio de cereais a bonita soma de 10 milhões de contos, foi abafado pela recusa do Governo aos inquéritos parlamentares pedidos pelo PCP, o MDP/CDE e a FRS. Os «fumos da corrupção» que envolvem o celebrado secretário de Estado da Produção Agrária, João Goulão, são mantidos em toda a sua densidade pela posição cúmplice do próprio MAP que faz orelhas moucas às decisões judiciais que consideraram ilegais muitos dos crimes praticados contra a Reforma Agrária.

Se acrescentarmos a esta pequena lista a nova tentativa de impor a lei inconstitucional da delimitação dos sectores, por meio de uma larga operação de chantagem contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, o quadro muito incompleto da política antinacional do Governo AD/Balsemão é suficientemente elucidativo.

Contudo, o Governo AD/Balsemão prepara-se para novos atentados à subsistência dos portugueses de mais modestos recursos. Um novo «pacote» de medidas antipopulares está na forja, novos e incontroláveis aumentos de preços vão ser impostos aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas da população.

Anunciam-se novos aumentos de preços de produtos essenciais e novas restrições ao crédito de consumo (?) vão ser impostas; a «AD» prepara-se como antes fizera Mota Pinto para roubar aos trabalhadores os 13.º mês, as chamadas «broas de Natal».

Tais medidas projectam-se para aplicação imediata, enquanto demagógicos e reduzidos aumentos de certas pensões são protelados para os últimos meses do ano. O bacalhau vai ser posto no mercado a 250 escudos o quilo mas é evidente que o mercado negro que vai determinar-lhe os preços no consumidor.

Ao mesmo tempo, círculos das relações do ministro Morais Leitão, do CDS, anunciam nova quebra da taxa de crescimento económico, já de si bastante reduzida, em obediência às exigências do FMI.

Esta e a operação política de integração na CEE, uma pretensão falhada da «AD» e do seu Governo, ameaçam tornar-se caras para o Povo português.

Os parcelos da CEE bloqueiam a livre circulação dos têxteis portugueses e uma nova ameaça de desemprego pesa sobre os trabalhadores da nossa indústria têxtil.

No prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária a nova lei da cortiça agrava os efeitos da «lei do roubo» anterior que permitiu ao MAP lesar as UCPs em mais de 2,5 milhões de contos.

O Governo AD/Balsemão afunda-se cada vez mais no pântano da crise económica, da exploração agravada dos trabalhadores e de outras vastas camadas da população portuguesa; a corrupção lava nos próprios gabinetes ministeriais.

É neste quadro que se desenvolve o segundo aspecto das características principais da situação actual.

As lutas da classe operária, dos camponeses, das mulheres, da juventude, dos reformados, da intelectualidade progressista continuam a desenvolver-se com crescente intensidade.

Delegações de estudo do PCP visitaram a RDA

Deslocou-se em Junho último à RDA, a convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português composta por Joaquim Marques de Sá, Franquelim Ferreira, Victor Santos, Carlos Espinal e José Tinóteo, todos membros da Organização de Professores do Ensino Superior do PCP. Durante a sua visita, a delegação foi recebida pelos Secretários das Direcções Distritais de Neubrandenburg da PSUA e da Juventude Livre Alemã, pelos Burgomestres de Neubrandenburg e de outras cidades do distrito e encontrou-se com diversos dirigentes e quadros da juventude e do Partido, confraternizou e trabalhou mesmo em ambiente de fraternal camaradagem com numerosos jovens trabalhadores da RDA. Teve oportunidade de visitar, entre outras, a Escola «Artur Becker» de Formação Profissional em Neubrandenburg, a Escola Superior de Agronomia «Catarina Eufémia» em Demmin, as Cooperativas de Produção Agrícola de Daberkow e de Bentzin, as Cooperativas de Reparação de Máquinas Agrícolas de Anklam e de Jarmen, a Fábrica de Vestuário de Templin. Nesta cidade visitou também um antigo campo nazi, especialmente destinado no passado à concentração e à morte de centenas de milhares de mulheres. Em Leipzig, visitou a Feira Agrícola Internacional «Agra-81». A delegação foi ainda possível visitar diversas creches e escolas, casas da juventude, complexos desportivos, centros de férias e outras infraestruturas destinadas ao estudo, à formação da RDA, e assim melhor conhecer os diversos aspectos do trabalho dos jovens comunistas e do partido no seio da juventude da RDA. Através desta sua visita, efectuada no quadro das relações fraternais de amizade e cooperação existentes entre os comunistas de Neubrandenburg e do Alentejo, entre o PSUA e o PCP, a delegação constatou o empenho criador da juventude operária e dos outros jovens da RDA na edificação das resoluções dos recentes XI Parlamento Nacional da Juventude e X Congresso do PSUA.

6.º aniversário da República Democrática de São Tomé e Príncipe

No passado dia 12 a República Democrática de São Tomé e Príncipe comemorou o 6.º ano da sua independência. São Tomé e Príncipe partiu de uma situação particularmente difícil: 90% do território do país era ocupado por roças, o que correspondia ao domínio dos grandes latifúndios, dedicados à monocultura do cacau e café. Uma produção inteiramente destinada à exportação em bruto, no fundamental dirigida a um único comprador tradicional: a Holanda. A 30 de Setembro de 1975 é tomada a decisão histórica de nacionalizar as roças, passando o Estado a deter o controlo de quase toda a estrutura produtiva do país. Simultaneamente são adoptadas importantes medidas sociais com a instituição de salários mínimos para os trabalhadores agrícolas. Em 1978 — reflectindo a crescente capacidade de planificação — foi elaborado um importante plano agropecuário. Para 1979 vigorou já um plano extensivo no conjunto da actividade económica do país, de que os objectivos gerais são a racionalização e a diversificação das culturas, assim como o aumento da produção e da produtividade. Superando o profundo atraso e as imensas dificuldades socioeconómicas herdadas, os problemas políticos inevitáveis num processo de libertação, São Tomé e Príncipe segue uma linha claramente anti-imperialista, correspondendo aos interesses do seu povo e do desenvolvimento do país.

Delegação do MPLA-PT visita Portugal a convite do PCP

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português chegará a Portugal, no dia 25 de Julho, uma delegação oficial do MPLA-Partido do Trabalho, dirigida por Lúcio Lara, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central. A delegação do MPLA-PT terá conversações com uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, o camarada Álvaro Cunhal. Terá também oportunidade de contactar directamente com a actividade do PCP e ainda com diferentes aspectos da realidade portuguesa. Durante a sua estadia realizar-se-á no dia 28 de Julho, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, um comício de amizade, onde usará da palavra Lúcio Lara e Álvaro Cunhal.

Jornalistas comunistas em defesa da paz

Realizou-se em Moscovo entre os passados dias 6 e 9 um encontro internacional de jornalistas comunistas centrado especialmente na luta em defesa da paz através da imprensa. Ao encontro, promovido pelo «Pravda» — órgão central do PCUS, fundado por Lenine em 1912 — estiveram presentes 67 delegações de outros tantos órgãos centrais de partidos comunistas e operários da Europa, Ásia, África e América. A sessão de abertura assistiu o camarada Boris Ponomarev, secretário do CC e suplente do Bureau Político do CC do PCUS, que fez uma intervenção sobre a situação internacional e as propostas soviéticas de paz. O encontro proporcionou uma muito útil troca de experiências acerca do trabalho jornalístico desenvolvido nos diversos órgãos centrais. A presença de representantes de jornais de países socialistas, de países capitalistas, de países sujeitos a ferozes ditaduras e ainda de países recém-libertados ou que ainda lutam pela sua libertação, permitiu confirmar que, em cada situação concreta e nas mais diversas circunstâncias, a imprensa comunista encontra-se na primeira linha da luta pela paz. Do encontro ressaltou igualmente a grande repercussão internacional e o alto contributo para a luta pela paz das propostas nesse sentido apresentadas pelo camarada Leonid Brejnev no XXVI Congresso do PCUS. Foi salientada a acção perniciosas e altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores e dos povos desenvolvidos pelos órgãos de comunicação ao serviço do imperialismo. Em representação do «Avante!», participou nos trabalhos o camarada Fernando Correia, sub-chefe da redacção.



Avante! DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 726220/726225. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705. «Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal». Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 - 4000 Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2º Esq. - 4000 Porto. Tel. 31041. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1ª de Maio 186, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baxo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828. PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/777570. Porto - Rua do Almada, 18-2º Esq. - 4000 Porto. Tel. 981067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 990044. Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média do mês de Junho: 59900.

EFEMÉRIDE DA SEMANA A 10 de Julho de 1372 é assinado o Tratado de Tagilde, o primeiro de uma série de convénios que desembocariam na «aliança luso-britânica», que bastante gravosa viria a ser, em algumas situações históricas para os interesses do nosso País.

Nacional

Carlos Brito ao "Avante!" A "AD" mostra-se abalada pela indignação e protesto populares face ao Estatuto dos deputados e ao escândalo EPAC

Os últimos quinze dias de actividade parlamentar parecem ter tido, pelo menos em termos de opinião pública, maior repercussão que os meses em que decorreu toda esta sessão. Que se passou, a que se ficou a dever esta situação?

- A pergunta comporta uma observação muito correcta.

A repercussão pública dos trabalhos da Assembleia da República, nos últimos quinze dias do seu funcionamento, resulta, acima de tudo, da natureza das matérias em discussão, da sua extrema gravidade para o nosso povo, o nosso país e o regime democrático - nova ofensiva contra as nacionalizações, revogação da lei sobre o Serviço Nacional de Saúde, legislação repressiva e limitativa das liberdades - e ainda de matéria que para além da sua gravidade revestem um carácter manifestamente escandaloso - os aumentos de vencimento e regalias dos deputados e a liberalização do comércio de cereais, o famoso caso EPAC.

Deve salientar-se também a completa falta de vergonha que a "AD", como Governo e como maioria parlamentar, patentou nesta parte final dos trabalhos da Assembleia da República ao subordinar da maneira mais baixa o funcionamento dos órgãos de soberania, a actividade das instituições democráticas, aos interesses dos grandes senhores do capital e da terra e às pressões do imperialismo.

A questão da EPAC é também a esse respeito paradigmática. Repare-se. A agenda do último período de trabalhos da AR este rigidamente fixada desde Maio por imposição da "AD". Os trabalhos correntes terminavam em 30 de Junho. O mês de Julho ficava limpo só para a revisão constitucional. Os partidos da oposição, o PCP especialmente, atendendo à grande importância de algumas matérias pendentes - como por exemplo a revisão da legislação sobre contratos a prazo - fizeram tudo para que o período dos trabalhos correntes fosse prolongado.

A "AD" opôs-se rigidamente. O PCP chegou a propor formalmente que fossem incluídas na agenda matérias de tão grande interesse como a revisão das novas tabelas salariais da Função Pública, a proposta do PCP para a revogação das taxas e aumentos de taxas dos Serviços Médicos Sociais, a criação de novas freguesias, a criação da licenciatura em contabilidade. A "AD" votou contra esta proposta.

Mas eis que surge a declaração de inconstitucionalidade do decreto do Governo sobre a EPAC, grande negociação que envolve mais de 40 milhões de contos, gigantesca operação de transferência de lucros que são do Estado para os grandes moageiros, incluindo familiares muito próximos do ministro da Agricultura e Pescas. A "AD" mudou completamente de opinião. O lugar no calendário de trabalhos que não tinham encontrado para se debater a legislação sobre contratos a prazo ou as tabelas da função pública, encontraram rapidamente para dar satisfação aos interesses do grande capital e das multinacionais. Uma vergonha!

Só que apesar de todos os cuidados e do silêncio de que a "AD" tem cercado a AR, esta questão como a dos vencimentos e regalias dos deputados saíram com força para o conhecimento do nosso povo que comenta estes escândalos com a maior indignação.

No decorrer do debate sobre a autorização legislativa que o Governo solicitou sobre a EPAC, o PCP avançou com um pedido de inquérito que provocou celebras. A "AD" protestou, é claro, mas as bancadas do PS pretenderam pertencer-lhes a iniciativa. Que se passou afinal?

Por parte da "AD", porque a iniciativa do PCP, pelo simples facto de ser

anunciada, reforça a denúncia do grande escândalo da EPAC e, ao contrário do que o PSD e o CDS pretendiam, o desmascaramento deste escândalo não morreu com a votação da autorização legislativa. Com os pedidos de inquérito o desmascaramento vai continuar.

Por parte da FRS, porque os deputados do PS, UEDS e ASDI queriam a viva força fazer uma jogada de antecipação.

Ora o inquérito parlamentar está perfeitamente no desenvolvimento lógico dos pedidos de esclarecimento e das intervenções dos deputados do PCP. O grande confronto que se estabeleceu na Assembleia foi entre o PCP e o Governo.

Quem pretendeu «intrometer-se» foi a FRS. O inquérito parlamentar não está na lógica das intervenções dos deputados da FRS, veja-se, por exemplo, a intervenção do deputado da UEDS, António Vitorino, que em nome da integração na CEE quase que chega a admitir, pelo menos a prazo, o desmantelamento da EPAC.

Quando foi anunciado pelo PCP a intenção de apresentar um inquérito parlamentar ao Governo, alguns deputados da FRS reagiram como se o PCP conhecesse os seus planos ou até como se tivessem dado a conhecer os seus planos ao PCP.

Ora isto é absolutamente falso. O Grupo Parlamentar do PCP ignorava absolutamente os propósitos da FRS de apresentar também um inquérito parlamentar. Mas pode dizer-se, ao contrário, que em face das intervenções do PCP, a FRS tinha boas razões para deduzir que o PCP ia apresentar um pedido de inquérito. Na verdade o pedido de inquérito não é mais do que o coroamento do firme desmascaramento e da implacável denúncia feitos nas intervenções dos deputados do PCP. O PCP não só cumpre o que promete, como acaba sempre o que inicia. Na actividade parlamentar como no resto não aceitamos os ninhos de cuco.

Este episódio está, no entanto, encerrado. Dissemos logo que considerávamos positiva a iniciativa da FRS, que dessa maneira se juntava a nós para o desmascaramento de um grande escândalo da "AD".

O que importa realçar agora é que toda a oposição representada na Assembleia da República, com excepção da UDP, entende que o Governo Balsemão e a "AD" são suspeitos de corrupção no caso da EPAC.

Outro escândalo: o estatuto dos deputados agora aprovado. Foi a "AD" quem avançou e agora já vem o CDS dizer que quer revê-lo...

A actuação do CDS no grande aumento dos vencimentos e no alargamento e financiamentos de outras regalias dos deputados é de um cinismo e de uma hipocrisia sem limites.

Perante a opinião pública, e comunicados e declarações públicas, elementos do CDS e ao que parece até Freitas do Amaral dão-se ares de terem algumas reservas. Mas na Assembleia da República a actuação do CDS em nada se diferencia das do PSD e do PPM. O CDS mostrou mesmo o afincado e a mesma cega vontade em conceder os vastíssimos privilégios aos deputados que a opinião pública já conhece e que inclui além de um grande salto no subsídio mensal, nas ajudas de custo, senhas de presença e outra regalias absolutamente desconformes como o seguro de vida de muitos milhares de contos, uma pensão vitalícia, os anos de deputado a contar a dobrar para reforma, para só citar as principais.

Em nenhum momento o CDS revelou qualquer reserva ou qualquer dúvida. Repare-se que ao intervir no debate na generalidade em nome do Grupo Parlamentar do PCP o camarada Veiga de Oliveira advertiu várias vezes os proponentes dos novos

A "AD" não tinha encontrado lugar nos calendários da A.R. para se debater a legislação sobre contratos a prazo ou as tabelas da função pública, mas encontrou rapidamente para dar satisfação aos interesses do grande capital e das multinacionais. Uma vergonha!

O pedido de inquérito do PCP sobre a EPAC não é mais do que o coroamento do firme desmascaramento e da implacável denúncia feita nas intervenções dos deputados do PCP. O PCP não só cumpre o que promete como acaba sempre o que inicia.

Em nenhum momento do debate o CDS revelou qualquer reserva ou qualquer dúvida acerca do Estatuto do Deputado

O objectivo do empolamento do vencimento do Presidente da República é absolutamente claro, trata-se de fazer passar despercebido, o enorme aumento do vencimento e das regalias dos deputados

Apesar de existir na Assembleia da República uma maioria reaccionária o silenciamento dos trabalhos da Assembleia só aproveita à reacção.

vencimentos e regalias para que retrassem a proposta. Da parte do CDS não se revelou qualquer decisão em face da advertência. O CDS defendeu os aumentos e as regalias, votou sempre a favor dos novos privilégios no plenário e votou a favor de todas as normas mesmo as mais escandalosas em Comissão. Mais ainda, foi da parte do CDS que vieram os maiores ataques ao PCP, por o nosso Partido votar contra as alterações ao estatuto e as considerar um escândalo público.

E quanto ao PS? Absteve-se na votação geral, mas que se passou na especialidade?

Na verdade, o PS absteve-se nas duas vezes que o aumento dos vencimentos e regalias dos deputados foi submetido à votação do plenário da Assembleia da República. Mas a pergunta é: como votou o PS, na especialidade, isto é, norma a norma, na Comissão?

O Grupo Parlamentar do PCP não se fez representar no trabalhos da Comissão por considerar que a matéria era absolutamente afrontosa das condições de vida do nosso povo.

Conhecemos, no entanto, as votações do PS na especialidade através do relatório da Comissão e estamos por isso em condições de esclarecer que o PS só votou contra a pensão vitalícia, a chamada «subvenção compensatória» e a norma que estabelece que o tempo de deputado conta a dobrar para a reforma.

Votou a favor de todas as outras normas.

Ao que se sabe, a questão do aumento do Presidente da República passou também por diversas peripécias...

Sim, é verdade. Em poucas horas o vencimento do Presidente da República passou de 80 contos, nos termos do projecto do PS, primeiro para 100 contos e depois para 150 contos, com mais 50 contos de ajudas de custo, resolvido na reunião da Comissão em que o PCP não participou.

O objectivo deste

empolamento do vencimento do Presidente da República é absolutamente claro, tratava-se de fazer passar despercebido o enorme aumento do vencimento e das regalias dos deputados.

No dia seguinte num noticiário da rádio ainda se ouviu «O Presidente da República passa a ganhar 200 contos por mês. Os deputados também foram aumentados».

Mas, uma vez mais, tudo o indica, esta jogada grosseira da AD vai voltar-se em cheio contra ela, revelando a verdadeira cara do PSD e do CDS, a verdadeira cara da AD, a muitos portugueses que foram por eles enganados.

- Como surgiu a questão do Estatuto dos deputados na reunião da Comissão Permanente? Estava prevista na convocatória?

Não, as alterações ao Estatuto dos Deputados não constavam da convocatória da reunião.

A questão foi levada à Comissão Permanente pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Logo no início da reunião o PCP apresentou uma proposta visando a convocação do plenário da Assembleia da República para os dias 21 e 28 de Julho, não só para a aprovação e votação das propostas de inquérito parlamentar sobre a EPAC, mas também, e passo a citar a proposta do PCP, para a «Revogação das deliberações da Assembleia da República que levaram à aprovação de alterações ao Estatuto do Deputado na reunião plenária que se prolongou pela madrugada de 1 de Julho, e que provocaram um profundo choque e justo escândalo nos mais diversos sectores da opinião pública».

A AD não conseguiu esconder o seu profundo embaraço ante a proposta do PCP. A sua primeira reacção foi dizer que a questão não tinha cabimento pois não estava na ordem do dia.

Entretanto, a FRS apresentou uma proposta semelhante à do PCP, com a diferença de que em vez de propor a revogação das alterações escandalosas do Esta-

tuto propunha a sua suspensão.

A certa altura a AD pediu uma interrupção dos trabalhos por cinco minutos, mas só voltou à sala passados 50 minutos, agora com uma proposta sua em que admite uma reapreciação das alterações dos vencimentos e regalias dos deputados, mas só lá para Setembro.

É um recuo. Testemunha como a AD está batida pela onda de indignação e protesto populares face aos enormes privilégios que o PSD, o CDS e o PPM quiseram estabelecer para os deputados. A declaração de Balsemão dizendo que o Governo não pagará os novos vencimentos insere-se no mesmo golpe de procurar iludir o nosso povo sobre as graves responsabilidades da AD-Governo e maioria parlamentar - na atribuição aos deputados de privilégios tão profundamente chocantes e tão acabadamente escandalosos.

Importa aqui salientar que a AD votou contra a proposta do PCP da «pronta revogação das alterações» e também contra a proposta da FRS da rápida suspensão do novo Estatuto. Isto é que é líquido. A AD é duplamente culpada: aprovou os escandalosos privilégios para os deputados; agora dá a entender que acha que a indignação popular tem alguma razão, mas deixa tudo na mesma.

A correcção do escândalo dos novos vencimentos e regalias dos deputados exige prontidão e transparência. A AD não quer nem uma coisa nem outra.

- Finalmente a "AD" acabou por votar contra a reunião do plenário da Assembleia para se pronunciar sobre os inquéritos parlamentares requeridos pelo PCP e MDP, por um lado, e pelos partidos da FRS, por outro. Apesar de não ser inesperado, tens algum comentário a fazer?

Da actividade do Grupo Parlamentar do PCP se pode dizer, uma vez mais, que não houve uma só lei ou iniciativa contrária aos interesses populares que não tivesse tido a firme oposição dos de-

putados comunistas; e, também, que todas as leis favoráveis aos trabalhadores, ao povo português em geral e ao regime democrático ou foram apresentadas ou tiveram o decidido apoio dos deputados do Grupo Parlamentar do PCP.

Na questão da EPAC a AD desmascarou-se completamente. A AD tem medo dos inquéritos parlamentares apresentados pelo PCP e MDP, por um lado e pela FRS, por outro. A AD foge aos inquéritos. Porquê?

Os partidos da oposição, principalmente o PCP fizeram gravíssimas acusações ao Governo, acusaram-no de estar envolvido numa sordida negociação, apontaram indícios de corrupção, indicaram familiares muito próximos do ministro da Agricultura e Pescas entre os beneficiários desta operação de 40 milhões de contos e de mais de 10 milhões de lucros.

Em face de tudo isto a AD vem dizer que a questão não é urgente, que em Outubro logo se vê.

A AD vota contra a convocação do plenário da Assembleia da República para silenciar os inquéritos e não se designar a Comissão que os realize. A AD quer abafar o escândalo, quer lançar a questão no esquecimento, mas com isso o que acontece é que as suspeitas de corrupção muito graves ficam seriamente reforçadas. A recusa do inquérito parlamentar de parte da AD é só por si uma grande prova da razão das graves acusações e irregularidades e corrupções de que a oposição cobriu o Governo. Um governo com o mínimo de vergonha sentir-se-ia, nestas condições, moralmente impedido de utilizar a autorização legislativa que a sua maioria concedeu. Um governo com mínimo de vergonha sentir-se-ia moralmente obrigado a suspender todo o processo da chamada liberalização do comércio de cereais, ramos de açúcar e oleaginosas.

- Quanto ao balanço geral desta sessão legislativa, achas possível fazer uma breve caracterização no geral?
Numa declaração política feita na própria Assembleia

da República já declarei que a primeira característica desta Sessão Legislativa é de que, na vigência do 2.º Governo da AD, a Assembleia da República é uma Assembleia amordaçada.

Em torno dos trabalhos parlamentares foi levantada pelos responsáveis da AD uma muralha de silêncio. O objectivo é duplo: calar a voz dos partidos da oposição e impedir que o nosso povo tome conhecimento das propostas e das leis da AD.

Deixaram de se fazer transmissões directas da Assembleia, os magazines da responsabilidade dos partidos foram eliminados, mesmo para os grandes debates, o noticiário sobre os trabalhos parlamentares na TV e na Rádio é completamente fraudolento. Um exemplo. Mostrei atrás como foi o Grupo Parlamentar do PCP quem levou a questão do escândalo do novo Estatuto do Deputado à reunião da Comissão Permanente, ontem realizada. Pois o noticiário da RDP, de hoje, às oito horas da manhã, dizia mais ou menos textualmente, que a FRS e a AD apresentaram propostas na Comissão Permanente tendo em vista a revisão das alterações ao Estatuto do Deputado. Sobre a iniciativa do PCP nem uma palavra.

Apesar de existir na Assembleia da República uma maioria reaccionária o silenciamento dos trabalhos da Assembleia só aproveita à reacção.

Veja-se quanto teria sido cómodo para a AD que questões como a do novo Estatuto dos Deputados e o caso da EPAC não tivessem chegado à opinião pública.

Mas em relação à actividade da Assembleia da República, propriamente dita?

Eu diria que a actividade da Assembleia da República pode ser traduzida nestes dois traços dominantes: primeiro, da parte da AD - reposição e continuação do programa parlamentar de Sá Carneiro, isto é, a elaboração e aprovação de dispositivos legislativos que visam a subversão do regime democrático e a revisão antecipada e inconstitucional da Constituição; segundo, da parte da oposição - resistência e desmascaramento da actuação antidemocrática e anticonstitucional da AD quer através da denuncia das iniciativas do Governo e da coligação governamental, quer através de iniciativas que puseram a descoberto a demagogia e carácter marcadamente antipolítico da AD.

No que toca ao primeiro aspecto há que salientar, no entanto, que as dificuldades, contradições e rivalidades no seio da AD estiveram patentes na Assembleia da República em relação, por exemplo, às autarquias, ao ensino e à saúde. Mas já no que se refere ao seu labor de dar de comer aos glutões isto é, dar satisfação aos interesses do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo, aí a AD bateu sempre certinho.

No que toca ao segundo aspecto, importa sublinhar que a actividade da oposição foi bastante enfraquecida pela crise interna do PS e seus reflexos na FRS, o que deu ainda maior destaque à actividade do Grupo Parlamentar do PCP.

- Poderás apontar as medidas mais gravosas para o povo português impostas pela maioria "AD" neste período?

As medidas mais gravosas para o nosso povo e o nosso país podem sintetizar-se no quadro seguinte:

- Lei da Delimitação dos Sectores e alteração à Lei das Indemnizações isto é, legislação visando a liquidação das nacionalizações e a restauração dos monopólios;
- Pacote da chamada legislação antiterrorista, isto é, legislação repressiva e gravemente restritiva das liberdades, garantias e direitos do povo português;
- Revogação da Lei do Serviço Nacional de Saúde e alteração à Lei dos Solos, isto é, legislação que atenta

gravemente contra importantes conquistas sociais do nosso povo, no domínio da saúde e da habitação e que tem em vista satisfazer os apetites antipopulares dos especuladores da doença e dos especuladores dos terrenos;

- Continuação da montagem das peças para a burla eleitoral com introdução na lei da nacionalidade de dispositivos fabricadores de eleitores;

- Política de favoritismo, compadrio e corrupção que se traduz tanto em diplomas aprovados ou ratificados (EPAC, Zona de jogo de Tróia, Turismo do Algarve, Isenções aos editores e chorudo e espantoso pacote de isenções e outras prebendas fiscais contido na Lei do OGE), como na rejeição de projectos da oposição pelo rolo compressor da maioria da AD (oposição à divulgação pública dos rendimentos dos membros do Governo, deputados, etc., recusa da comissão contra a imoralidade, fraude e corrupção, recusa dos inquéritos parlamentares aos escândalos da comunicação social, da feira de Belém, das Torres do Tejo, da EPAC...)

- A isto há ainda que juntar a rejeição por parte da AD de projectos e iniciativas da oposição sobre: proibição da retenção do 13.º mês (PCP); Alargamento do subsídio de desemprego (PCP), cuidados primários de saúde (PCP); Lei da Rádio (PCP); Defesa dos Conselhos de Redacção (PCP); Lei de Bases do Sistema Educativo (PS); Armas Nucleares (UEDS).

Para finalizar esta relação das medidas mais gravosas para o nosso povo e o nosso país, há que dizer que as primeiras de entre elas são o próprio programa do Governo AD-Balsemão e as suas leis do Plano e OGE.

- E quanto à actividade do grupo parlamentar do PCP?

Quanto à actividade do Grupo Parlamentar do PCP, e não se tratando naturalmente de fazer um balanço exaustivo salientamos:

- apresentação de 71 projectos de leis (num total de 254);
- stujeição e ratificação de 52 decretos lei do Governo (num total de 93);
- apresentação de 586 requerimentos dos 1762 apresentados;
- produção de 54 intervenções no período de antes da ordem do dia, (num total de 201);
- apresentação de 12 votos num total de 43;
- um total de 1047 cartas recebidas, 7345 expedidas, 108 entrevistas nas instalações de S. Bento.

Merecem um sublinhado forte entre as nossas iniciativas: a interpeleção sobre a política de saúde, a apresentação da Lei do Sistema Educativo, a sujeição a ratificação do decreto que estabeleceu as novas tabelas salariais da Função Pública, bem como as iniciativas relativas aos consumidores, aos deficientes e aos emigrantes.

Numa Assembleia em que um dos traços característicos da actuação da maioria foi o de rejeitar as iniciativas que não fossem suas, merece naturalmente destaque o facto de o PCP ter visto dois dos seus projectos transformados em leis da República e de outros dois terem sido aprovados na generalidade embora posteriormente profundamente distorcidos.

São hoje da lei da República o projecto do PCP que garante às crianças o direito de serem acompanhadas, quando hospitalizadas, pela mãe ou outro familiar, bem como o projecto do PCP sobre a igualdade do marido e da mulher em relação à morada da família.

Mas nada tem a ver com as soluções constantes do projecto do PCP a lei que acabou por ser aprovada sobre os trabalhadores estudantes. Fortaleceu-se por todo o País os contactos dos deputados comunistas com os trabalhadores e o povo em geral através de visitas, encontros, reuniões, bem como o tratamento no plenário e Assembleia da República das questões e problemas que lhes são apresentados.

Nacional

O BPA e a venda de participações do Estado

Os jornais têm anunciado a venda pelo Banco Português do Atlântico das participações do Estado (com um valor nominal total superior a 745 000 contos) em sete empresas: a Viatéxtil, a Inacor, a Fábrica de Rações da Beira, a SPC - Sociedade Portuguesa de Contentores, a Edifícios Nova Gala, a Companhia Nacional de Borracha e Oliveira e Ferreirinhas - refere uma nota da SIP da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP e do projecto da venda de participações do Estado que está a ser efectuada pelo Banco Português do Atlântico (BPA).

Começando por salientar que o Governo «AD»/Balsemão prossegue, diversifica e acelera a ofensiva inconstitucional contra o sector nacionalizado a citada nota refere que sob a direcção do ministro Morais Leitão, homem de confiança de Champalimaud, os homens-de-mão dos ex-banqueiros e monopolistas, que se mantiveram enquistados na banca ou que nela vêm sendo estrategicamente colocados, preparam agora a venda a entidades privadas das participações do Estado em centenas de empresas.

Nesta ofensiva - para já estão na calha mais de 100 empresas contempladas numa resolução do Governo «AD»/Sá Carneiro/Freitas do Amaral, de 10 de Setembro de 1980, que «autoriza» a sua alienação - destaca-se o BPA, de cujo Conselho de Gestão é vice-presidente o dr. João Oliveira, figura recentemente elogiada em público pelo ex-banqueiro Cupertino de Miranda.

Refere ainda a nota da SIP da DORP do PCP serem estas vendas - sob o falso pretexto de rentabilização dos capitais bancários e da mobilização de capitais privados - apenas um balão de ensaio, a parte emersa de um imenso iceberg em que se procura incluir a venda de todas as participações do Estado cuja gestão se encontra confiada quer aos bancos quer ao Instituto das Participações do Estado.

Negociata, porque de negociata se trata, convém

desmontá-la. As acções são leiloadas mas o BPA reserva-se o direito de não vender se as propostas não convierem ao "Interesse público".

Mas quem julga das propostas - interroga a nota da SIP da DORP - quem decide do leilão, quem define o Interesse público?

Curiosamente - como se assinala a seguir - a comissão encarregue destas apreciações é composta por 3 homens de confiança dos ex-banqueiros - o dr. Rui Leilão, director da Comissão Directiva da Bolsa do Porto, ex-quadro do BPA, recentemente transferido para a Sociedade Financeira animada pelo dr. Santos Silva, o dr. Magalhães Pinto, quadro do BPA que saiu do banco para ir para a Conselho - Sociedade de Gestão e Investimentos, SARL, e Eduardo Silva, director do BPA, por designação do banco.

Representantes de diferentes entidades - "por coincidência" sendo todos da confiança dos ex-banqueiros - não admira assim que os compradores sejam os antigos patrões do BPA, Cupertino de Miranda, António Miranda e respectivos familiares. É assim, em família, que o negócio é decidido.

Após recordar que o recente «leilão» da Companhia Nacional de Borracha (652 mil contos, cerca de 93 por cento capital do Estado) ficou às moscas, como referiu a imprensa diária, a nota da SIP da DORP salienta que não custa a perceber porquê. Pois os diplomas que regulam estas transacções inconstitucionais autorizam que, em certas condições, o negócio seja realizado a um preço mais favorável para o adquirente. É isso naturalmente o que se prepara. Não nos admirar que daqui a algum tempo a participação do BPA na Companhia Nacional de Borracha/Pneus Fapobol, apareça à venda ao desbarato.

Não gastam um tostão

Continuando a inumerar as irregularidades feitas ou

forçadas recentemente com vista a «entregar de bandeja» aos grandes monopolistas o que a Constituição não permite, refere a nota:

Há meses, as forças reaccionárias aprovaram uma lei que a pretexto de mobilizar capitais permitia que 70 por cento do valor de participação do Estado adquiridas por entidades privadas pudesse ser pago com títulos de indemnização. Ou seja: a pretexto de mobilizar 30 por cento de tal valor, tomava-se já líquido um capital que vence 2,5 por cento ao ano ao seu possuidor. Há dias, os deputados da «AD» foram mais longe. Tais compras podem agora ser pagas 100 por cento em títulos de indemnização. Ou seja: não se mobiliza um tostão de capital à custa de tais negócios.

Mais adiante, a nota da SIP da DORP salienta:

O que os ex-banqueiros e os seus homens-de-mão na banca nacionalizada procuram é a reconstrução dos monopólios, expressamente proibida na Constituição.

A própria imprensa reaccionária reflecta esses objectivos - esclarece-se a seguir. O «Expresso» de 17 de Janeiro passado noticiava em título que «interesses ensalam tomada de posição» e esclarecia no corpo da notícia que se fala «na movimentação de grupos económicos no sentido de retomar ou reforçar as suas posições em empresas e sectores estrategicamente importantes».

A nota recorda ainda que as nacionalizações foram realizadas com o objectivo de libertar a economia portuguesa e a nossa sociedade da sobre-exploração monopolista, dos efeitos estragadores dos monopólios, das distorções económicas que são a sua consequência inevitável e ainda, e principalmente, do poder político opressivo e antidemocrático que está estreitamente associado ao poder económico monopolista.

Assembleia da República

Ainda a EPAC em fim de sessão

A «AD» prefere o silêncio e tratar de negócios entre amigos

Afinal a sessão suplementar da AR findou sem cumprir completamente a sua agenda. Apenas a iniciativa «AD» de desmantelamento da EPAC conseguiu ser aprovada - após um quente debate em que as questões principais foram obviamente colocadas pela oposição face ao mutismo do Governo que nada explicou. Uma proposta e um projecto de lei - da autoria do Governo a primeira, e o segundo da iniciativa do PS, sobre a delimitação dos poderes da administração central, regional e local em matéria de investimentos, diplomas já aprovados na generalidade - ficarão a aguardar a próxima sessão legislativa para votação final global. Lá para Outubro...

Entretanto não deixou de ser curiosa a forma como decorreu o debate, com o Governo a levar as críticas para o terreno pessoal - no que foi apoiado pela sua vanguarda maioritária - acusando a oposição e muito especialmente o PCP de nada conseguir provar das acusações que foram dirigidas ao executivo e à política de alguns ministros pelas bancadas comunistas.

Trata-se de liquidar a EPAC

Trata-se de liquidar a EPAC - afirmou lida

Figueiredo, alvo de uma furiosa intervenção de Basílio Horta que a acusava de ofender pessoas e as suas famílias... Mas porquê? E quais as consequências dessa medida inconstitucional? Porque é que essa medida não consumada durante o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral é agora trazida a esta Assembleia pela mão do ministro Cardoso e Cunha no Governo de Pinto Balsemão?

A EPAC é a segunda maior empresa pública do País - adiantou a deputada comunista, começando a responder à pergunta que ela própria colocara - em volume de negócios envolvendo mais de 40 milhões de contos, que garante o abastecimento do País em cereais, através do escoamento integral da produção nacional, quer na importação de cereais estrangeiros. Por outro lado a EPAC fornece à lavoura as sementes de que necessita e garante aos agricultores o escoamento da sua produção e a fixação prévia dos preços de produção.

Após referir-se ao importante papel na distribuição da matéria-prima à indústria de cereais que a EPAC tem desempenhado, lida Figueiredo afirmou:

Assim compreendem-se melhor as razões da cobiça dos grandes

capitalistas e agrários, das multinacionais, sobretudo americanas, associadas a grupos industriais moageiros portugueses. É que o mercado de cereais vale dezenas de milhões de contos por ano: em 1981, só as importações de trigo, milho e sorgo ultrapassarão os 40 milhões de contos. Por isso mesmo as importações são a parte mais cobiçada pela Lusograin-Dreyfus, pela Nabisco, pela dezena de industriais da moagem que recentemente criaram a Associação dos Industriais da Moagem. É aí que está a fonte fundamental dos cerca de 10 milhões de contos de lucros por ano com que se esperam vir a abotoar as multinacionais do sector e a pequena família dos grandes industriais da moagem.

Quer da proposta governamental, quer do discurso e respostas do sr. ministro Basílio Horta - precisou a deputada do PCP - se conclui que não existe qualquer segura garantia sobre o futuro da EPAC após o período de transição. Nada! A proposta diz uma coisa, o ministro diz outra - sublinhou lida Figueiredo referindo-se à contradição entre um texto apresentado à AR onde garantias não são dadas, ao passo que o ministro se tentava desculpar garantindo verbal-

mente que os trabalhadores tinham os seus postos assegurados, que a EPAC não seria desmantelada...

A corrupção

A única questão que ficou clara, essa sim, foi que as Intenções do Governo Balsemão são colocar os armazéns e os silos da EPAC ao serviço das multinacionais cerealíferas que pretendem instalar-se em Portugal aliadas à família do punhado de grandes industriais moageiros que pretendem dominar o sector. Razão têm os 2000 trabalhadores da EPAC para estarem preocupados com o seu futuro.

Depois de desmascarar as hipócritas razões do Governo, lida Figueiredo acusou a «AD» de pretender entregar a amigalhões e a empresas estrangeiras a EPAC.

Contra esta operação criminoso chegou à esta Assembleia as vozes dos produtores agrícolas lesados, os protestos dos moageiros que antevêm a ruína, as petições dos trabalhadores cujo futuro é posto em causa, um colossal protesto popular.

Mas chegam também as descabeladas e inconstitucionais propostas de um pequeno grupo de moagei-

ros, latifundiários e multinacionais. Da cadeia obscura que estes movem conhecem-se nomes (Lusograin/Dreyfus, Contiluso, Continental...) e conhecem-se homens de mão (Pais de Sousa, Silva Carvalho, Mexia Leitão, Rogério Martins) e parentes de ministros corruptos...

O grupo parlamentar do PCP votará decididamente contra esta operação criminoso. Porque o voto a favor significa uma e uma só coisa: o caucionamento, a viabilização e promoção de corrupção, do compadrio e de negociações infames!

Estas palavras irritaram profundamente o Governo e a maioria que não gostam de ouvir verdades em voz alta. E procuraram refutá-las com a acusação de que os comunistas não possuíam provas. Daí que o camarada Carlos Brito tivesse proposto um inquérito parlamentar. O PS revelou a seguir pretender também um inquérito ao Governo.

A maioria adiou para a próxima sessão legislativa a decisão sobre os inquéritos. Mas toda a gente sabe que a «AD» não gosta de inquéritos, mesmo quando, dispondo da maioria numa eventual comissão a formar, possa tratá-lo à sua maneira. O segredo continua a ser, para a «AD», a alma do negócio...

Deputados do PCP no Algarve constatam a degradação da Saúde e apontam medidas urgentes

Em Conferência de Imprensa realizada em Faro no passado dia 10 do corrente, os deputados comunistas participantes numa visita ao distrito inteiraram os jornalistas dos resultados do levantamento que tiveram oportunidade de fazer às condições médico-sanitárias da população daquela região. Uma delegação do grupo parlamentar do PCP, constituída pelos deputados Carlos Brito, José Vitoriano, Zita Seabra, Vidigal Amaro e José Ernesto Oliveira, a que se juntaram Carlos Luís Figueiredo, do CC e da DORAL, João Pires, da Organização de Saúde do Algarve, e vereadores e outros eleitos da APU, visitou durante os dias 9 e 10 de Julho praticamente todas as unidades de saúde do Algarve.

Algumas das conclusões apresentadas na conferência de imprensa dizem respeito ao Hospital de Faro. Apesar da entrada em funcionamento desta unidade e da consequente vinda de alguns especialistas para o Algarve, bem como das experiências positivas que estão a ser levadas a cabo em algumas outras unidades, a prestação de cuidados de saúde é - conforme se afirmou - extremamente deficiente e, a manter-se a actual política, assistir-se-á à sua progressiva degradação.

É particularmente saliente a gritante carência de trabalhadores de saúde - apontam ainda as conclusões divulgadas em Faro - antes de tudo enfermeiros (existem menos de metade dos necessários), para-médicos e até médicos (os serviços oficiais de saúde são no fundamental assegurados por médicos policlinicos) e nomeadamente especialistas. Importa, porém, sublinhar que é graças ao esforço empenhado da maioria dos trabalhadores da saúde que esta carência em

meios humanos não se torna catastrófica e que as graves deficiências dos serviços são em parte atenuadas.

Política de saúde não existe

Esta situação é a consequência da inexistência de uma política de saúde ao serviço das populações - concluiu o documento distribuído à imprensa - e, pior do que isso, do boicote e do boicote por parte dos últimos governos ao cumprimento da Lei do Serviço Nacional de Saúde e da demais legislação que visava implementá-lo, e da destruição de inovações e transformações positivas que no domínio da saúde se vinham realizando após o 25 de Abril.

Aos últimos governos cabe ainda a grave responsabilidade do estrangulamento financeiro com que se debateam afritivamente as unidades de saúde visitadas, bem como a doentia centralização em Lisboa de todos os poderes decisórios.

Estas desastrosas orientações traduzem-se na indefinição da orgânica distrital de saúde, desco-ordenação e inexistência de uma rede de cuidados primários de saúde, desorganização de serviços, inexistência de direcção em várias unidades, degradação de instalações, falta de equipamento, subaproveitamento do equipamento existente, grandes carências de meios auxiliares de diagnóstico (RX e análises), transformação dos hospitais concelhios em asilos.

As conclusões apresentadas pelos deputados comunistas terminam considerando que algumas medidas se torna imperioso tomar. Medidas de fundo e de emergência: O Serviço Nacional de Saúde nos termos consti-

tucionais; a implementação de uma rede de cuidados primários de saúde; medidas para superar o estrangulamento financeiro com que se debatem os serviços de saúde; urgente e substancial alargamento da capacidade formativa da Escola de Enfermagem de Faro.

Quanto a este ponto, foi revelado na conferência de imprensa que, abertas as inscrições para a referida Escola, se registaram mais de 300 inscrições. Só foram no entanto aceites 31 candidatos... Só para o Hospital distrital seriam necessários 150 enfermeiros, o que obrigaria a esperar 5 anos!

A abertura de cursos para técnicos para-médicos foi outra das medidas apontadas pelos deputados do PCP, que adiantaram outras mais: equipamento e racionalização dos Serviços Públicos de RX e análises no Algarve, que estão a ser preteridos pelas convenções com laboratórios privados; criação de condições humanas e materiais para que rapidamente funcionem serviços de obstetrícia nos hospitais e centros de saúde concelhios; definição urgente da situação dos hospitais concelhios que foram transferidos para a Direcção Geral dos Hospitais; criação de Lares e outras estruturas sociais de apoio à terceira idade; rápida construção dos novos edifícios hospitalares em Portimão e Vila Real de Santo António; plano de emergência para a recuperação das instalações degradadas nos hospitais de Lagoa, Tavira, Loulé e Silves; rápida instalação do centro de saúde mental nas novas instalações.

Tais as medidas, sublinha o documento, capazes de operarem uma verdadeira viragem no sentido da melhoria das condições de saúde dos algarvios.

Visita ao concelho de Loures

Dez deputados do grupo parlamentar do PCP - nove comunistas e o independente Anselmo Aníbal - vão participar, durante dois dias, amanhã e depois, numa visita ao concelho de Loures.

Numa iniciativa integrada no programa de visitas que o grupo parlamentar comunista tem vindo a organizar, os deputados Octávio Pato, Veiga de Oliveira, Jerónimo de Sousa, Alda Nogueira, Georgete Ferreira, Zita Seabra, Silva Graça, Jorge Lemos, Octávio Teixeira e, como dissemos, Anselmo Aníbal, independente, todos eleitos pelo círculo de Lisboa, vão participar em contactos com a população do conselho de Loures.

Os problemas com a população se defronta, nomeadamente nos domínios da habitação, da saúde e condições de vida, serão aqueles de que os deputados procurarão inteirar-se mais especialmente.

Finalmente na próxima segunda-feira às 10 horas da manhã, uma conferência de imprensa no Centro de Trabalho Vitória que reunirá os participantes nesta visita, dará a conhecer os resultados da jornada.

Deputados comunistas em sessão pública sobre a Constituição

A direita maioritária em S. Bento procurou - e conseguiu - um processo de revisão constitucional de gabinete que a proteresse do julgamento público e lhe poupasse o medo de discutir abertamente a lei fundamental do país. Mas os comunistas abriram o debate, trouxeram-no para a rua com várias sessões onde deputados e quadros dirigentes do PCP têm desenvolvido a quem de direito - o Povo português - a questão da revisão constitucional. Como aconteceu no passado dia 8 no Pavilhão dos Desportos em Lisboa onde, numa sala significativamente cheta, deputados e dirigentes comunistas abordaram a questão da revisão constitucional, numa iniciativa da DORL do PCP.

A sessão - ignorada pela imprensa quase em geral e pela RTP e RDP muito em particular - teve um período inicial de exposições a cargo dos deputados comunistas Veiga de Oliveira, Vital Moreira e Carlos Brito. Nelas se especificaram as preocupações fundamentais que se colocam a todos os democratas perante a revisão constitucional, particularmente quando o projecto de revisão FRS/PS se aproxima ou acerta trajectórias com o expresso e pretendido nas propostas da coligação reaccionária da «A», nomeadamente no que respeita à redução de poderes do órgão de soberania Presidente da República e à eliminação (pretendida pela «AD») sem alternativa (consentida pela FRS/PS) do Conselho da Revolução e das suas importantes atribuições como garante constitucional.

Embora sublinhando os aspectos positivos do projecto de revisão constitucional da FRS/PS em relação às conquistas fundamentais da Revolução que, como afirmaria Veiga de Oliveira, pode nesse aspecto ser incluído na zona de entendimento dos democratas, foi igualmente posto em relevo o perigo que constitui a cedência do PS à direita, abrindo assim caminho à destruição do regime democrático, havendo que denunciar, como realçaria Carlos Brito, os arranjos com a direita pretendidos por Mário Soares e alguns sectores socialistas com ele conotados.

O projecto da «AD» é um projecto de destruição do regime democrático, como demonstraria Vital Moreira na sua exposição, sendo particularmente preocupante alguns «sintomas» de alinhamento por parte do PS para esses objectivos, preocupação que, de resto, seria vivamente expressa no período de perguntas (a que responderam os deputados comunistas Lino Lima e José Magalhães) que, significativamente, recordaram com enorme insistência os limites materiais da revisão constitucional, nomeadamente os definidos no artigo 190.º

TAP e «Air-Madeira»

e que mais «questões no ar»?

O Secretariado da célula do PCP na «TAP-Air Portugal, EP», emitiu recentemente um comunicado sobre a situação que se vive nesta empresa, começando por sublinhar que a presente ofensiva contra a transportadora aérea nacional se inscreve, antes de mais, na ofensiva global que o Governo «AD»/Balsemão prossegue para a liquidação do sector empresarial do Estado e a sua entrega a grandes capitalistas e antigos monopolistas.

A «TAP-Air Portugal» vem sofrendo uma destruição progressiva (agravamento da situação financeira, redução de actividade, ameaça de encerramento de alguns sectores, alienação da participação financeira noutras empresas e do património da empresa, etc.), que mais não é que a aplicação à TAP das linhas de orientação do Governo «AD»/Balsemão visando criar condições para o «redimensionamento» da empresa - isto é, a entrega a interesses privados de parte importante da sua actual exploração.

Ilustrando toda esta manobra - refere o recente comunicado - surge o recente

anúncio da constituição da «Air-Madeira» que, não se assumindo como empresa de transporte aéreo, pretende retirar à TAP a exclusividade de prestação de serviços para aquela região, para passar a funcionar com uma duvidosa (e falida) empresa sueca. Que vantagens para o Povo português em geral e para o povo madeirense em particular em ver substituído um transportador experiente (a TAP) - que, apesar dos erros cometidos e das carências, orienta a sua actividade para a satisfação dos problemas nacionais e regionais - por um outro (a estranha «Air-Madeira») que, à semelhança do que aconteceu com a empresa sueca que lhe está na origem, está voltada para o lucro fácil e a falência quase certa (tanto mais que a exploração das linhas da Madeira é altamente deficitária)?

E o comunicado prossegue, textualmente:

«Em nossa opinião, os objectivos da manobra resumem-se no essencial no seguinte:

a) - Servir de alibi para a retirada à TAP do exclusivo do transporte regular e não regular,

abrindo ao sector privado esta área de actividade;

b) - Entrar no mercado da TAP, desviando-lhe uma parte importante do seu tráfego que, apesar de não lucrativo, entra em todos os planos de exploração da empresa, criando assim desajustamentos entre a dimensão da frota e o número de trabalhadores da empresa com a extensão da rede, servindo de alibi à redução da actividade da TAP e libertando trabalhadores de praticamente todos os sectores da empresa que ficarão disponíveis para... ficarem desempregados;

c) - Encher os bolsos, rapidamente, a uns poucos senhores madeirenses ou não e ajudar uns pobres capitalistas suecos, numa situação para eles difícil, às custas naturalmente do erário público e do bem-estar do povo madeirense».

Daí que - conclui o comunicado - seja fundamental que os trabalhadores se mantenham unidos, informados e mobilizados para encarar as formas de luta que houver por convenientes pela defesa dos seus postos de trabalho e da sobrevivência da TAP na sua actual configuração.



XXVI CONGRESSO DO PCUS

Relatório do C.C. do P.C.U.S. L.I. BREJNEV

Relatório do Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S. N.A. TIKHONOV

Trabalhadores

Apesar do Verão

Para nos limitarmos, como é mais vulgar nesta página, às lutas e conflitos conduzidos pelos sindicatos, pelo movimento sindical unitário e pelas organizações representativas dos trabalhadores em empresas e ramos de actividade notar-se-á sem esforço, apesar do Verão e das férias, que os sectores onde os conflitos se agravam com este Governo e onde as lutas se prolongam por direitos fundamentais não têm desmobilizado as massas trabalhadoras. Têm mantido, pelo contrário, elevada adesão. Vejam-se as Minas (com destaque para a Panasqueira que nesta altura se encontra na sua 12.ª semana de paralisações com a participação de novas categorias profissionais entre os operários em greve), os Metalúrgicos, os Têxteis e a Pesca, principalmente a SNAPA, a empresa que ultimamente tem de enfrentar os riscos mais graves do sector.

Ainda sem sair da pesca nacionalizada merece destaque a luta dos pescadores da Companhia Portuguesa de Pescas que conseguiram a readmissão dos 22 companheiros despedidos dos navios Alcoa e Algol.

A nível de empresas há dezenas de lutas a assinalar neste Verão de dificuldades crescentes no custo de vida, nos contratos a prazo, na repressão patronal, na ineficácia sem exemplo da Inspecção do Trabalho e dos tribunais do ramo, no

ataque agora desenfreado às nacionalizações e ao exercício do controlo de gestão.

Notórios são os casos da EPAC e da RN, que perde a gestão do Hotel Eva, em Faro — nacionalização de que o Governo AD/Balsemão faz coisa de somenos e entrega ao desbarato a capitais-privados e não pequenos.

Ninguém entre as forças democráticas e muito menos os trabalhadores organizados podem ficar quietos e mudos diante de atropelos como estes.

Por isso, a par da contratação colectiva, do direito de negociar directamente com o patronato, organizado ou não, os instrumentos de regulamentação do trabalho, as classes trabalhadoras atingidas por este Governo naquilo que é fundamental para a sua subsistência e para a economia do País protestam, adoptam formas de luta, paralisam como na EPAC, na SNAPA, na CPP, movimentam-se como na Setenave, nos Estaleiros de Viana do Castelo, nas empresas metalúrgicas e metalomecânicas, para fazerem valer, além daquilo que ninguém pode negar-lhes neste regime, o seu direito a avançar como força indispensável ao progresso do País, como força insubstituível para deter o avanço daqueles que pretendem meter o País no bolso (no bolso deles) e dos amigos estrangeiros prontos a deixar cair algumas gordas migalhas na mesa da «AD».

O PCP onde se trabalha

Entre as questões de actualidade política e sindical, tratadas a par de outras relacionadas com conflitos em locais de trabalho e lutas dos trabalhadores, ou movimentações nesse sentido, pelos vários organismos do Partido, regionais, sectoriais ou de empresa, ganham relevo as tomadas de posição de células (Lisnave; Fidelidade, Grupo Segurador, EP; UTIC, Lisboa; Império, EP — Seguros; Arsenal do Alfeite; CIMPOR; Progresso Mecânico; Câmara Municipal de Lisboa) bem como de outros organismos do PCP (Bancários de Lisboa; 2.ª Zona do CLL; Concelhia de Almada; Transportes; e Concelhia de Vila Nova de Famalicão).

Lisnave («Leme» de Junho): Depois de analisar os resultados da «importante batalha política, económica e social» na «empresa, entre as forças do capital e as forças do trabalho», os trabalhadores comunistas, que fazem um longo historial de lutas recentes na Lisnave afirmam que a administração, de que é presidente José Manuel de Mello (o mesmo do fascismo), «irá tentar»:

- Formar novas empresas ou comprar outras com os dinheiros da Lisnave, aumentando a verba de 600 mil contos já utilizada para esse fim;
- Aumentar o número de desempregados pela via da reforma antecipada, utilizando pressões psicológicas e de coacção à margem da lei;
- Entregar os refeitórios à Gertal (empresa privada) tentando pôr em causa essa regalia dos trabalhadores e os postos de trabalho daquele Sector;
- Alterar as relações de trabalho conseguidas com o 25 de Abril, tentando repor a hierarquia do passado.

O «Leme» não move «processos de intenção». Limita-se a concluir sobre atitudes previsíveis e extraídas da experiência, depois de uma análise dos factos acessível a todos os trabalhadores da empresa, e sem isolar esses factos da situação política e da altura em que aconteceram ou estão a decorrer.

Fidelidade, Grupo Segurador, EP («Centelha» de Julho): «Será verdade que das avultadas quantias agora retiradas às companhias nacionalizadas uma parte reverteu a favor do dr. Moreira Batista, ex-ministro do fascismo, em forma de indemnização, quando da sua reintegração na Função Pública?» Sob o título «delimitação dos sectores pela delapidação dos valores», a «Centelha» depois de acentuar que o actual Governo «AD» tem tentado «ilíquidar a factura eleitoral no que diz respeito à devolução das empresas nacionalizadas rentáveis aos antigos e novos senhores» acrescenta que o sector nacionalizado dos seguros está em perigo, não só já pelo projecto-lei que, de quando em quando, vem à luz espelrar a oportunidade, mas agora também pela delapidação e descapitalização de que é vítima. O dr. Leito, ministro das Finanças, acrescenta o boletim conhecido da matéria, «espertalhão», encontrou maneira de rodear o veto constitucional do Conselho da Revolução e vai criando as condições necessárias para o enfraquecimento ou liquidação das nacionalizações até à oportunidade da prometida entrega da exploração dos seguros ao monopólio nacional e internacional. Serão servidos em bandeja! — adverte a célula.

A gestão «AD»/Krus

Câmara Municipal de Lisboa: «Legítimas apreensões dos trabalhadores» quanto a:

- Esvaziamento dos serviços, retirando-lhes funções e trabalhos que lhes competiam, levando a que em muitos casos os respectivos trabalhadores se encontrem subaproveitados;
- Encumbradas particulares, de projectos e trabalhos para os quais os serviços da CML teriam condições técnicas e disponibilidade para realizar e com os quais já se gastaram só em 1981 mais de 10 000 contos;
- Admissão escandalosa de centenas de pessoas pela «porta do cavalo», recorrendo ao arduo método dos contratos de prestação de serviços procurando fugir aos contratos de assalariamento eventual para os quais é obrigatório abrir concurso público e obedecer a critérios justos; (...) As duas secretarias do Presidente da CML usufruíram no conjunto a «médica» quantia de 800 contos por ano;
- Convites, sob pressão, a trabalhadores de certa idade ou doentes no momento, para que aceitem a reforma;
- Afastamentos compulsivos de trabalhadores e integros de lugares de chefia (...), substituindo-os por pessoas de conlução política da gestão AD, alguns deles de duvidosa competência;
- Recurso a decisões ilegais, com violação de direitos dos trabalhadores, para os manter afastados de serviços a que pertencem;
- Retirada de serviços-chaves às Direcções onde pertencem, colocando-os na dependência directa da Administração.

Mentir e trair conscientemente

Organização dos Bancários de Lisboa: Acusa o Governo de

dos trabalhadores, que o 25 de Abril e a Constituição lhes reconheceram como direitos fundamentais». Os «social-democratas» que só sete anos depois de Abril «sentiram forças para mostrar o seu trabalho subterráneo de sabotagem dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento da empresa» acusam agora os trabalhadores organizados, e designadamente os comunistas, de responsabilidades que nunca tiveram. Os órgãos representativos dos trabalhadores — sublinha a célula — e muito menos os comunistas nunca tiveram a responsabilidade da gestão da empresa, como desavergonhadamente refere o PSD. Afirmamos, no entanto, que, se os trabalhadores estivessem nessa situação, a empresa laborava hoje em condições técnicas e humanas bem mais favoráveis ao Portugal de Abril. Os trabalhadores gerem melhor os bens do País do que aqueles que só sabem governar-se.

Império, EP («Impacto», Junho): A propósito da Lei das



Transportes, sector onde a implantação do Partido é vasta, activa e forte

CTs (46/79), cujos aspectos negativos são sublinhados, a célula recorda o «padrinho do divisionismo» e salienta a organização e a unidade dos trabalhadores, cujas CTs «cada dia se tornam mais fortes», provando designadamente, que «os motivos que unem quem trabalha são bem maiores que as causas da divisão».

Arsenal do Alfeite: Em luta por melhores condições de vida, pelos postos de trabalho, pela viabilidade da empresa, os trabalhadores comunistas afirmam, a dado passo, que se torna necessário desmascarar a ruína administração do estaleiro.

Por outro lado — recordam — são 16 mil os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas de que faz parte o Arsenal do Alfeite.

CIMPOR: Várias considerações técnicas, sociais e políticas sobre a empresa para um «melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos».

Progresso Mecânico: Salientando nomeadamente «a grande solidariedade recebida pelos trabalhadores, quer através da oferta de géneros, quer através de donativos, a fim de minimizar as dificuldades económicas, a célula destaca a vitória alcançada com as 90 horas de greve com uma adesão superior a 96 por cento: aumentos de salários da ordem dos 20,6 por cento com retroactivos desde Maio, contratos a prazo e outras reivindicações satisfeitas depois da paralisação.

mentir «conscientemente» a propósito dos aumentos de preços e a direcção sindical de trair «conscientemente» os bancários indo ao encontro dos desígnios do Governo quanto às novas tabelas salariais.

Organismo de Direcção da 7.ª Zona do CLL (Comité Local de Lisboa): Denúncia as péssimas condições de trabalho existentes em empresas como a Synres, os Sabões, a FAPAE, Batista Russo, Entreponto Comercial de Automóveis. Dirige-se à população e aos trabalhadores do Beato, Marvila e Olivais.

Lei do trabalho Começa no sábado o 2.º Encontro

Como o «Avante!» noticiou com algum pormenor na semana passada, o 2.º Encontro sobre direito processual do trabalho reunirá nas instalações da Faculdade de Letras, em Lisboa, no próximo fim-de-semana, dirigentes e delegados sindicais, advogados, consultores jurídicos, técnicos e funcionários das associações sindicais e numerosos convidados com interesse profissional e técnico nos assuntos a debater.

Organizado pela CGTP-IN, o 2.º Encontro funcionará, no sábado, dia 18 (9h30: plenário de abertura; 10 horas: abertura dos trabalhos por secções; 13 horas: interrupção; 15 horas: reabertura dos trabalhos; 18 e 30: suspensão dos trabalhos) e no domingo, 19 (10 horas: reabertura dos trabalhos; 13 horas: encerramento dos trabalhos nas secções; 15 horas: reunião do plenário para ler o que se concluiu nas secções, discutir e votar uma resolução final; 17 e 30: encerramento do Encontro).

Para debate de temas específicos, os participantes dispõem de quatro secções. A 1.ª terá a seu cargo a «caracterização e princípios gerais do processo do trabalho (a autonomia do processo do trabalho face ao processo civil; a legitimidade das associações sindicais; o acesso ao direito; a conciliação em processo do trabalho; o direito probatório)»; a 2.ª secção tratará do «processo declarativo e do processo executivo»; a 3.ª do «processo penal»; com «processos especiais» e das «providências cautelares»; e por último a 4.ª terá por objecto a «orgânica da resolução dos conflitos laborais (a Inspecção do Trabalho; a organização judiciária e o funcionamento dos tribunais; a intervenção popular na administração da justiça do trabalho; e os tribunais arbitrais)».

Movimentação na Função Pública e no Ensino

Um elemento da comissão negociadora sindical (CNS) da proposta reivindicativa imediata (PRI) dos trabalhadores da Função Pública disse recentemente que a primeira reunião com o secretário de Estado da Reforma Administrativa pouco adiantou relativamente às reivindicações ainda por satisfazer, designadamente o subsídio de refeição e as diuturnidades.

As contrapropostas daquele membro do Governo não foram aceites pela CNS, com excepção da referente às pensões.

Novas propostas foram entretanto apresentadas pela CNS no que respeita ao subsídio de refeição e às diuturnidades. A CNS espera nova convocação da referida secretaria de Estado para prosseguir com as negociações.

No ensino superior

A incapacidade técnico-administrativa do Ministério de Educação e Ciência (MEC) e concretamente da Secretaria de Estado do Ensino Superior foi denunciada há dias em conferência de Imprensa por representantes dos trabalhadores não docentes desse grau de ensino, que são cerca de 20 mil em todo o País.

A legislação aprovada não tem sido aplicada ao sector que reivindica principalmente o cumprimento de vários decretos em vigor há anos (no papel), provocando «graves situações de injustiça entre os trabalhadores dependentes daquela Secretaria de Estado (DGES)».

Os representantes dos trabalhadores admitiram a adopção de formas de luta, que poderão ir até à greve, para que se cumpram as leis aprovadas para o sector.

Contra o divisionismo nos Professores

Os Sindicatos dos Professores têm à sua frente direcções com orientações políticas e sindicais bem diferentes, que todavia têm sabido colocar os interesses dos professores à frente das suas naturais divergências», referiu, entretanto, um comunicado do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que protestava contra uma tentativa divisionista para fabricar um paralelo no sector, ao sul do Tejo.

«Apesar das «vicissitudes» que o Sindicato não esconde, tem havido entre essas direcções «uma vida democrática» onde a «todos e cada um» é permitido expressar «a sua opinião e o seu pensamento, independentemente da sua opção política, filosófica ou religiosa».

Em Reunião Nacional de Sindicatos (RNS) decidiu-se entretanto avançar com um calendário de tarefas e acções tendentes a formar em Congresso a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores.

Na Setenave ninguém quer fazer mal ao sr. ministro

Até à tarde de anteontem não havia notícia de que o ministro da Indústria e Energia, Bação Horta, concordasse em receber os representantes dos trabalhadores da Setenave, que desde 22 do mês passado se mantêm à porta daquele Ministério com o objectivo de demover o dito ministro da recusa em recebê-los.

Que conste os trabalhadores da Setenave não querem fazer mal àquele titular. Pretendem apenas ser recebidos, como é seu direito, pelo responsável máximo das medidas de fundo anunciadas para aplicação na empresa (que como se sabe é nacionalizada) sem que os principais interessados, mais de mil trabalhadores, fossem ouvidos.

As portas do Ministério da Indústria e Energia continuavam porém fechadas na última terça-feira, quase um mês depois do pedido de audiência porque um sr. ministro qualquer, certamente muito senhor do seu prestígio, não se digna cumprir sequer a Constituição do País onde está instituído, não sabe ou não quer saber que quaisquer medidas de fundo, que digam directamente respeito aos trabalhadores têm de ser do conhecimento e alvo da discussão por parte dos primeiros interessados os representantes legítimos desses mesmos trabalhadores.

Fecho

A legalidade democrática não é uma oferta do poder instituído, do Governo instalado precariamente. É uma conquista (esta palavra nunca é velha para nós) dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas. Por isso ninguém de verdade achar motivo do espanto, ou suspiro de menos «revolucionário» o querer objectivo, reivindicado, de que os tribunais do trabalho funcionem, que a Inspecção do Trabalho inspecione acompanhada pelos representantes dos trabalhadores.

A legalidade sendo uma conquista tem de ser defendida. Por isso, se reúne depois de amanhã o 2.º Encontro sobre

direito processual do trabalho, organizado pela CGTP-IN. Por isso, a União dos Sindicatos de Faro e demais organizações promotoras de semana de luta se bateram, com êxito aliás, pelo funcionamento daqueles tribunais.

Sobretudo quando o regime democrático é atacado como hoje se vê, é preciso ter presente que todas as formas de luta se equivalem conforme as condições e a hora. Aliás uma forma não evita a outra e não é por acaso que nos tribunais de Faro e Portimão (é um exemplo) estão nas gavetas milhares de processos que rondam os 150 mil contos de dívidas do patronato.



Na Lisnave, como em todo o sector empresarial do Estado, o avanço das empresas, a sua viabilização e a defesa dos postos de trabalho estão entre as preocupações centrais dos trabalhadores

Concelhia de Almada: Sob o título «CEE em crise profunda

— 8,5 milhões de desempregados», a Concelhia, entre outros assuntos, refere-se à indústria naval portuguesa que, a haver «integração de Portugal», «seria um dos sectores da economia mais atingidos».

A Concelhia recorda que a parte importante desse sector se situa precisamente em Almada, sede de empresas como a Lisnave, Arsenal, Parry, Sociedade de Reparação de Navios (SRN), Companhia Portuguesa de Pescas

(CPP), ENI, Lisnico, Seaguard e outras.

Essas empresas empregam actualmente cerca de 14 mil trabalhadores.

Sector de Transportes da ORL do PCP: Analisa os ataques

contra as nacionalizações no sector e recorda nomeadamente que a luta pela defesa das nacionalizações está intimamente ligada à luta pela defesa das liberdades democráticas, pelos direitos dos trabalhadores, pelo regime democrático consagrado na Constituição.

Concelhia de Vila Nova de Famalicão: Sobre o despedimento

colectivo na Flexus; revela a presença de «elementos estranhos à empresa (vindos de outras partes e que se supõe serem homens ligados a grupos de extrema-direita, pois é conhecido que o filho do sr. Dantas tem ligações com o MIRN)». Esses elementos impediram os trabalhadores, cujo despedimento não foi autorizado, de entrarem na fábrica, cujas instalações ficam perto de Vila Nova de Famalicão.

LEME

GENTELHA

O AÇO

Muitas células e outros organismos editam boletins periódicos

Acentuada pelo caso EVA

Semana de luta termina com êxito no Algarve

- Nomeados 2 juizes
- Paralisações em todos os casinos

Se fosse preciso justificar, sem ser a partir dos factos mais gerais e comuns a todo o País, a necessidade da semana de luta que terminou no domingo em dez concelhos do litoral algarvio, bastaria citar o caso «Eva», o hotel de Faro nacionalizado e devolvido fraudulentamente aos grandes capitalistas pelo Governo deles.

A Rodoviária, e as sucessivas tentativas de desmembramento de que tem sido alvo, não era parte específica dos objectivos anunciados pelos promotores da semana de luta. De resto ainda no princípio desta semana se desconhecia que grupo, grupos financeiros ou empresas tinham sido premiados e o negócio da exploração do hotel. Sabia-se isso sim que os postos de trabalho deixavam de estar garantidos pelo contrato anterior e que o aludido negócio tomava foros de escândalo, não só pelos aspectos políticos e sociais

que envolve mas ainda pelo favor que o Governo faz a quem quer que seja entre os seus amigos «cedendo» a exploração do hotel por uma renda anual baixíssima (quatro mil contos e mais 10 por cento sobre «lucros eventuais»).

Mas voltando à semana de luta, que decorreu com êxito sob o lema central por «uma nova política e um governo democrático» que não aliene e ainda por cima ao desbarato os bens nacionais, é de registar que uma das principais reivindicações da jornada está em parte satisfeita: os juizes para os tribunais do trabalho de Faro e Portimão já foram nomeados. Só nestas duas localidades, os processos acumulados rondam os 5 mil e as dívidas do patronato que lhes correspondem, e que os trabalhadores esperam receber, atingem os 150 mil contos.

Além dessa reivindicação relativa à exigência de funcionamento dos tribunais de trabalho completamente paralisados na região, a semana de luta, a que várias vezes fizemos referência

em números anteriores do «Avante!», tinha por objectivo protestar em massa nas ruas e mercados algarvios, contra o aumento do custo de vida, a repressão patronal, os despedimentos e a proliferação dos contratos a prazo e defender o aumento das pensões de reforma e a resolução dos problemas e dificuldades mais graves que afectam a juventude e as mulheres trabalhadoras.

Desses objectivos partiu o movimento sindical unitário e outras organizações populares para uma boa mobilização com um calendário preciso e que levou à distribuição de 100 mil documentos diversos nas ruas, nas fábricas e nos mercados, a dezenas de reuniões e plenários de esclarecimento, a pequenos comícios em mercados à distribuição de largos milhares de autocolantes, que os trabalhadores e trabalhadoras exibiam ao peito, mesmo contra a proibição expressa de pelo menos um patrão de uma fábrica de conservas onde as operárias se recusaram a retirá-los.

A semana de luta, que não se

Greve nos casinos

Após paralisações em vários dias no mês corrente, sobretudo entre 9 e 12 no casino do Alvor, os trabalhadores da Solintal, empresa concessionária, continuaram a enfrentar a mesma intransigência inicial quanto às reivindicações. Apesar da posição dialogante do Sindicato e da mesma via adoptada desde início pelas organizações representativas dos trabalhadores, em plenário foi decidido voltar à greve desta vez total entre os dias 13 e 16 do corrente em todos os casinos do Algarve.

O mesmo plenário de trabalhadores que aprovou esta forma de luta decidiu também solicitar uma reunião à administração da empresa para tentar mais uma vez resolver o conflito pela via da negociação.

Festa da Alegria em

A festa

É já nos próximos dias 17, 18 e 19 de Julho que se realiza a Festa da Alegria, promovida pela Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, no Parque Municipal de Exposições, em Braga.

Grande iniciativa de carácter político, cultural e festivo, ponto de encontro e de convívio dos comunistas, dos democratas e do povo do Minho, de muitos portugueses que de todo o País ali se deslocam, a Festa da Alegria é hoje um grande acontecimento esperado, que ganhou raízes e dimensão nacional. Disso são prova as excursões especiais em organização em várias regiões (caso de Trás-os-Montes e distrito de Setúbal) como também os combolos especiais em preparação a partir de Porto e Lisboa.

Realizando-se a Festa da Alegria num momento político caracterizado pela urgente necessidade de derrotar e pôr termo à política

desastrosa e ao Governo AD/Balsemão e de impedir o plano subversivo de revisão inconstitucional da Constituição, a análise e as propostas do PCP sobre a actual situação política vão estar presentes no comício com o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, domingo, dia 19 às 17 horas.

Durante os 3 dias e em 2 palcos, vão desfilar na Festa da Alegria alguns dos melhores artistas e conjuntos nacionais, a par de destacados intérpretes estrangeiros, bem como ranchos folclóricos, Zés-Pereiras, escola de Jogo de Pau e outros agrupamentos característicos da música e do folclore minhoto.

A música popular do Brasil vai estar presente com uma das suas mais destacadas intérpretes - a cantora Joyce.

Da Galiza vem um dos elementos mais representativos da sua música, o cantor Bibiano acompanhado do agrupamento Trenvigo.

A nova música popular portuguesa está bem representada com Sérgio Godinho e a Brigada Viçor Jara, interpretando os seus últimos trabalhos.

A canção e a poesia portuguesas de qualidade também marcam presença com Carlos Mendes, Joaquim Pessoa, José Jorge Letria, Maria Dulce e muitos outros.

O novo «rock» português aparece na Festa da Alegria/81 com um dos seus mais qualificados intérpretes - o agrupamento português de **Trabalhadores do Comércio**, que apresentará o seu último álbum "Tripas à moda do Porto".

A Festa da Alegria/81 vai constituir uma representação viva de todo o Portugal de Abril. Estarão presentes representações das organizações do PCP de todas as regiões do País - o Alentejo da Reforma Agrária, Trás-os-Montes, Algarve, as Beiras, Lisboa, Setúbal, Ribatejo e Leiria,

o Porto com uma forte representação -, todos os concelhos do Minho. Trarão os seus **stands** de artesanato, produtos e petiscos regionais, utilidades, mas também exposições documentando como vivem, lutam e trabalham.

O 60.º aniversário do PCP que este ano se comemora vai ser dignamente assinalado com a grande exposição alusiva retratando a vida e a luta dos comunistas e do Povo português antes e depois do 25 de Abril.

Vários temas de actualidade vão estar em debate através de colóquios durante os três dias da Festa: a **revisão constitucional** (com os deputados Vital Moreira e José Manuel Mendes); a **adesão à CEE** (com a deputada Ilda Figueiredo); a história do **Movimento Operário**, com o historiador Victor de Sá.

Ainda a assinalar, um **grande mercado do livro e do disco**, e **desporto** com

a tradicional Estafeta Braga-Guimarães e o **xadrez**, o **cinema** com uma mostra de curtas e longas-metragens portuguesas. As **crianças** não são esquecidas. Para elas há uma boa **manhã infantil**, com o espectáculo «Festa do Coelho Rabanete» e outras surpresas, no domingo.

Finalmente, e numa contribuição positiva para o reforço dos laços de amizade entre os comunistas, os trabalhadores e o povo da Galiza e de Portugal, o Partido Comunista da Galiza vai estar representado com um **stand** próprio na Festa da Alegria.

A 4.ª edição da Festa da Alegria promete, por tudo isto, corresponder ao que dela esperam todos quantos já participaram nas edições anteriores e afirmar-se como uma grande realização de dimensão nacional que prestigia os comunistas, os trabalhadores, todo o povo do Minho.

No próximo domingo, às 17 horas, comício com o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP

Amanhã, sexta-

20.00 - abertura
21.30 - Jorge Godinho e a
Mendes, Edmundo Joaquim I
Godinho (palco 1)
01.00 - encerra

Sábado, dia 18

09.00 - abertura
15.00 - desfiles e fanf
Avenida Central de Braga
Municipal de Expo
15.00 - colóquio Portugal e
Figueiredo
16.00 - ranchos e Cant
17.30 - colóquio revisão
com Vital Moreira e Manuel Me
21.30 - José L., Maria I



UNIDADE

— a tónica das festas do PCP

No decorrer do último fim-de-semana, uma vez mais e um pouco por todo o País, em muitas vilas e cidades, o trabalho e a organização dos comunistas criaram momentos de verdadeiro convívio e espaços abertos de diálogo e recreio.

Foram as festas realizadas por iniciativa das organizações do PCP, umas maiores que outras em gente mobilizada, em área de terreno ou em número de dias, mas todas tendo de comum como características fundamentais a alegria, o espírito fraterno e a amizade. E também a unidade. A unidade, busca permanente que caracteriza a actuação dos comunistas, esteve presente em todas as iniciativas.

Neste Verão de 81, gravadas na memória de quantos por elas passaram, as festas do PCP com os seus ricos e variados programas continuam a constituir grandes manifestações de carácter político, cultural e recreativo, numa poderosa afirmação da capacidade criadora e da iniciativa dos comunistas e do seu Partido.

Aqui deixamos, numa breve referência, algumas das muitas realizadas no passado fim-de-semana:

Figueira da Foz (Festa Férias-81), Marinha Grande (Festa do Futuro) que contou com a presença dos camaradas Octávio Pato e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP; Paivas/Amora (Festa da Primavera), em que falou o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC; em Faro (Festa da Amizade), em que participou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e deputado eleito pelo círculo do Algarve; em Sta. Iria da Azoia (Festa da Unidade), onde interveio o camarada Manuel Pedro do CC; Loures (Festa Saloia), onde proferiu uma intervenção o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC; na Buraca (Festa Popular da Buraca) onde se deslocou o camarada Aboim Inglês do CC; e ainda Alverca da Beira (Festa da Ceifa) e Carregueira (Festa Popular).

1981 Festas Serranas

A edição deste ano das Festas Serranas, promovidas pelo PCP, levará milhares de pessoas ao Tortosendo, numa grande iniciativa popular aberta a todo o povo trabalhador, a todos os democratas.

As Festas Serranas decorrerão em três dias: 31 deste mês e 1 e 2 de Agosto, respectivamente «Dia da Juventude», «Dia do Emigrante» e «Dia da Mulher e da Criança».

Pontos importantes do programa (com início às 21 e 30 nos três dias das Festas):

31 de Julho - rock português ao vivo com os «Sui Generis».

1 de Agosto - concurso de fado amador, Suzy Quaresma, grupo Jomada e Carlos do Carmo.

2 de Agosto - lo Apoloni, grupo Jomada e Ary dos Santos; tarde infantil às 16 horas.



Pioneiros do Porto vão acampar

Do dia 26 de Julho a 2 de Agosto, no Monte de Assunção, em Santo Tirso, vai realizar-se o acampamento dos Pioneiros do Porto.

Numa zona fortemente arborizada, com água muito fresca, os pioneiros terão oportunidade de gozar uma semana ao ar livre e naturalmente

desenvolver diversas actividades: desportivas (até há uma piscina) e culturais (visita a um Castro, a uma exploração agrícola, etc.).

Para já vão recolher fundos e géneros que precisam para o acampamento. Os camaradas do Partido vão dar uma ajuda não é?

5.º ACAMPAMENTO



Pioneiros de Setúbal

Os Pioneiros do distrito de Setúbal vão acampar! Trata-se do seu 5.º acampamento e decorrerá de 26 deste mês a 1 de Agosto, na Praia de Santa Cruz, perto de Torres Vedras.

Os interessados devem contactar a organização.

Figueira da Foz: Férias 81 continuam

... E estamos no segundo fim-de-semana da "Festa Férias 81" da Figueira da Foz, promovida pelo Organismo do Baixo Mondego do PCP. De facto, é já nos próximos dias 17, 18 e 19 (amanhã, sábado e domingo) que se realizará a "segunda volta" desta grandiosa Festa que terá toda a cidade como palco. No passado fim-de-semana as coisas "aconteceram" na Praça de Touros, agora funcionarão no Salão Naval 1.º de Maio, logo pelas 18 horas de sexta-feira (17 de Julho) com a projecção do filme "Esta doce palavra Liberdade", a que se seguirá uma sessão de Canto Livre com Manuel Freire e mais um filme: "Direcção do ataque principal".

No sábado, dia 18, iniciar-se-á uma tarde infantil pelas 16 horas que prevê a passagem de um filme de Charlot. Pelas 17 e 30 Silva Graça, Rui Alves, Sobral Henriques e Gilberto Vasco intervirão num colóquio sobre Poder Local, a que se seguirá a projecção de um documentário. E à noite espectáculo: Auditório Musical com Carlos Paredes e Fernando Alvim, Canto Livre com os "Caminhoneiros". Depois a projecção do filme "A batalha de Berlim".

Finalmente no Domingo, 19 de Julho, as crianças (e não só!) poderão apreciar na sua Tarde Infantil com início às 16 horas um filme de Charlot e outro sobre as Olimpíadas de Moscovo/80, a que se seguirá pelas 17 e 30 um colóquio sobre a Saúde com médicos do Hospital da Figueira da Foz e deputados do PCP na Assembleia da República.

E para encerrar haverá fado, numa sessão que se iniciará pelas nove e meia da noite e onde actuarão cerca de uma dezena de fadistas do Fado Abri de Lisboa.

E não esqueceram: a compra da entrada permanente "VE" ("Vamos Entrar") permite o livre acesso a todas as realizações!

FESTA FÉRIAS 81

(FIGUEIRA DA FOZ)

JULHO



Quatro dias de festim

Os dias 29, 30 e 31 de Agosto e 1 de Setembro, mais uma série de actividades promovidas pelo Sector de Promoções concelhias, estão programadas para os próximos dias de festa em Lagos. Em Santo Tirso, no dia 2 de Agosto, Luísa Basto, João Paulo Barroso, Manuel António Barroso, Manuel António Barroso e «Grupo Futuro a Cantar» vão actuar no Pavilhão Municipal de Lagos.

No Porto

No âmbito das actividades promovidas pelo Sector de Promoções concelhias, estão programadas para os próximos dias de festa em Lagos. Em Santo Tirso, no dia 2 de Agosto, Luísa Basto, João Paulo Barroso, Manuel António Barroso, Manuel António Barroso e «Grupo Futuro a Cantar» vão actuar no Pavilhão Municipal de Lagos.

Em Lagos

No fim-de-semana de 27 e 28 de Agosto, mais uma série de actividades promovidas pelo Sector de Promoções concelhias, estão programadas para os próximos dias de festa em Lagos. Em Santo Tirso, no dia 2 de Agosto, Luísa Basto, João Paulo Barroso, Manuel António Barroso, Manuel António Barroso e «Grupo Futuro a Cantar» vão actuar no Pavilhão Municipal de Lagos.

No Co

Os camaradas do Partido Comunista vão acampar! Trata-se do seu 5.º acampamento e decorrerá de 26 deste mês a 1 de Agosto, na Praia de Santa Cruz, perto de Torres Vedras.

em Braga

O programa

«A Plebe», Manuel Freire, Brigada Victor Jara e Joyce (palco 1)
01.00 – encerramento

Domingo, dia 19

09.00 – abertura
10.00 – manhã infantil/ festa do «Coelho Rabanete»; participação de Carlos Cunha.
10.00 – Estafeta Guimarães-Braga
15.00 – desfile de ranchos e gaiteiros da Avenida Central ao recinto da Festa
16.00 – ranchos, Jogo do Pau (demonstração por jogadores de Abadim), Zés Pereiras, Canto Livre (palco 2)
17.00 – comício com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP (palco 1)
21.30 – espectáculo de encerramento com Manuel Freire, Bibiano, o grupo «Trenvigo» (Galiza) e a banda «rock» «Trabalhadores do Comércio» (palco 1)
24.00 – encerramento.



PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



- MELHORAR A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO
- FORTALECER A UNIDADE DEMOCRÁTICA
- CONSEGUIR A VIRAGEM POLÍTICA NECESSÁRIA

Sobre as eleições em França

Emigração

O Militante

Ano 49 • série IV • N.º 73

sumário

- Melhorar a organização do Partido Fortalecer a unidade democrática Conseguir a viragem política necessária 1
- A Campanha Organizativa continua 3
- Reunião de Quadros da Organização Regional do Porto sobre a campanha organizativa 7
- Resumo das conclusões da reunião com as Comissões Distritais da ORA 10
- Emigração – Dar continuidade aos sucessos Consolidar a unidade 13
- Sobre as eleições em França 18
- Em defesa das nacionalizações 21
- Eleições suplementares para os órgãos autárquicos – Algumas lições dos resultados 25
- A Festa já está em movimento 27
- A organização e as tarefas das Comissões de Bairro (Porto) 30

Revisão constitucional – reuniões no distrito de Lisboa

Várias organizações do Partido no distrito de Lisboa promovem iniciativas e sessões de esclarecimento sobre o problema da revisão constitucional.

Em S. João dos Montes, no concelho de Vila Franca de Xira, realizou-se uma sessão, orientada por José António Veríssimo e Bento Luís, na qual estiveram presentes várias dezenas de pessoas.

No dia 11 de Julho, na Festa da Unidade, no concelho de Loures, houve uma sessão orientada pelo camarada Sousa Marques, na qual estiveram mais de uma centena de pessoas.

Entretanto, estão previstas as seguintes sessões: 17 de Julho – Avelãs de Cima e Camarate; 18 de Julho – Abrigada, Alenquer; 19 de Julho – Avelãs de Baixo; 22 de Julho – Merceana, Torres Vedras; 23 de Julho – Loures; 24 de Julho – Alenquer, Moscavide e Vila Nova de S. Pedro; 25 de Julho – Manique do Intendente e Odivelas.

Com data a fixar estão previstas sessões para V.F. de Xira e Sacavém.

Para além destas sessões estão marcadas para este mês reuniões de quadros, com o mesmo fim, para dia 17, no Centro de Trabalho do Carregado, para os concelhos de Alenquer, Amada, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral e T. Vedras; no dia 24 só para a organização de T. Vedras; e no dia 20 no concelho de Loures.

Novo Centro de Trabalho em Casal de Cambra

Casal de Cambra, na freguesia de Belas, concelho de Sintra, inaugura no próximo sábado, dia 18, o Centro de Trabalho do PCP, uma aspiração de muitos camaradas e amigos da localidade.

Sardinhada, Canto Livre e comício com intervenção do camarada Ruben de Carvalho, do CC e chefe de Redacção do «Avante!», constituem os pontos mais significativos da jornada comemorativa que decorrerá pela tarde fora.

Inauguração do CT de Monte do Trigo

Os comunistas de Monte do Trigo (Portel) organizaram para o próximo fim-de-semana um grandioso convívio popular que assinalará a inauguração do Centro de Trabalho do Partido, importante instrumento para o reforço do PCP.

Vamos, então, aos pormenores:

Sábado: 10.00 – provas de atletismo e ciclismo para crianças; 13.00 – sessão de abertura do Centro de Trabalho, seguida da distribuição de medalhas aos vencedores das provas desportivas da manhã; segue-se um almoço convívio em que não

faltarão entre outros «iguarias», a sardinhada e o leitão; 17.00 – garrafeira à vara larga; 22.00 – variedades com grupos corais do Monte do Trigo, «Os Vermelhos» (Portel) e Canto Livre; intervenção política pelo camarada Diniz Miranda, da Comissão Política do CC.

Domingo: 10.00 – jogo de futebol; 12.30 – almoço de confraternização; 20.00 – actuação dos Pioneiros de Viana; 21.00 – Canto Livre; 22.00 – baile.

Haverá os tradicionais «comes-e-bebes» e bazar. A iniciativa pertence à Comissão de Freguesia do PCP.

Transportes da ORL

No próximo dia 23 (quinta-feira) realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma reunião destinada aos camaradas do Sector de Transportes da ORL.

Em debate estará o problema da revisão constitucional. A reunião inicia-se às 19 horas, com a participação da camarada Alda Nogueira, do CC.

Camaradas falecidos

VIRGOLINO VALENTE

Com 57 anos, faleceu recentemente o camarada Virgolino das Neves Camarate. O nosso camarada fora durante o regime fascista muitas vezes perseguido em virtude das suas convicções antifascistas.

Pertencia à organização de freguesia da Malveira, concelho de Mafra.

ADRIANO BARRIAS

Faleceu no passado dia 30 de Junho o camarada Carvalho Barrias, que militava na organização dos professores primários do sector intelectual do Porto.

ARTUR GOMES

Natural da freguesia da Pena (Lisboa), faleceu no hospital Pulido Valente o camarada Artur Alves Gomes. Antifascista de longa data, o nosso camarada aderira ao Partido em 1975, pertencendo à organização de freguesia da Pena do PCP.

ALFREDO MADEIRA

Operário da empresa Sociedade de Fabricantes, no Tortosendo, faleceu recentemente o camarada Alfredo Calado Madeira, militante do Partido desde 1974.

JOÃO GONÇALVES

Faleceu no passado dia 9 do corrente o camarada João Gonçalves que era membro da Comissão Concelhia do Fundão. O nosso camarada militava no Partido desde 1974 e exercia a profissão de técnico de contas, tendo sido Presidente do Sindicato dos Escritórios de Castelo Branco e membro do Secretariado da CGTP-IN.

decisão ocorreu quando uma delegação do Partido, com uma bandeira tarjada a negro aguardava no adro a saída do féretro.

Em nota emitida a propósito do acontecimento, a comissão concelhia do Fundão do PCP afirma que «não confunde a intolerante atitude do novo pároco local com o espírito de tolerância da Igreja, nem pretende envolver-se em polémicas ou desenvolver qualquer ataque à Igreja».

«Respeitamos e respeitaremos as crenças individuais de todos os cidadãos, como não perguntamos a cada militante se é ou não crente», salienta-se no mesmo comunicado.

Depois de reafirmar que «a decisão tomada pelo pároco local contraria, aliás, o espírito de abertura e entendimento entre os homens, que todos os de boa vontade queremos instalar no mundo» o texto sublinha que «por respeito à memória que nos merecem os mortos e neste caso particular à do dirigente sindical e comunista João Gonçalves, não formalizou, do modo que era seu desejo, a homenagem ao nosso querido camarada».



Distrito de Lisboa: a campanha Férias-81 está em marcha!

São já numerosas as Organizações do PCP que em Lisboa meteram ombros à tarefa de discutir, divulgar e organizar a «Campanha de Verão Férias 81». Bom... o que vem a ser «isto»?

Ora, na realidade e como aponta a última reunião do CC, a luta consequente e firme dos trabalhadores, do PCP, no dia-a-dia, pela consolidação das conquistas democráticas, contra o agravamento da situação económica e das condições de vida do Povo português, contra o plano de iliquidação da democracia organizado pela «AD» e o seu Governo, tem vindo a criar condições para uma viragem democrática na política portuguesa.

Todavia, para o reforço e desenvolvimento das lutas que permitam a concretização desta mudança de política, é necessário igualmente que o nosso Partido se reforce no plano financeiro. Daí a importância de todas as contribuições (vai um esforçinho, camaradas e amigos?). Daí esta campanha. Que a ORL está levando a cabo com todo o entusiasmo e recordando, nomeadamente, que é necessário contactar camaradas que têm as suas quotas em atraso e ver com eles a melhor forma de regularizar a situação (não esquecer os óptimos resultados obtidos nos contactos porta-a-porta!). Ao trabalho, camaradas!

Por outro lado recorda-se que Julho e Agosto, tempo de férias, de encerramento de empresas, tem como consequência uma considerável quebra de receitas do Partido. Que fazer então...? Claro, camaradas, só há uma solução, que não custa «assim muito»: é pagar antecipadamente a quota do mês em que se vai de férias!

Por outro lado, como se sabe, foi lançada este ano uma Campanha de Fundos comemorativa do 60.º aniversário do nosso Partido, campanha feita através da venda de selos com valores variáveis, conforme as organizações.

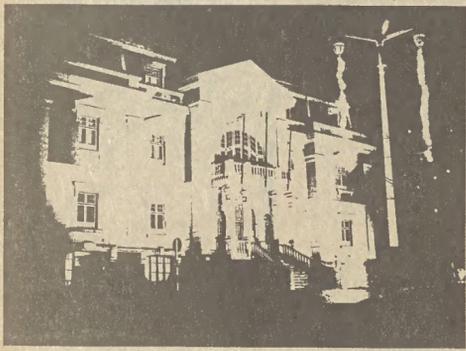
A venda dos selos continua! Há que organizar e dinamizar a prestação de contas junto dos camaradas e amigos que se encarregaram da distribuição e venda dos selos comemorativos dos 60 anos do PCP.

Finalmente a DORL e a sua Comissão de Fundos estão certas que, com a persistência habitual das organizações e militantes do Partido, o trabalho de organizar e concretizar «abordagens» para recolha de importâncias especiais ajudadas, se tomará num normal e importante reforço de receitas para o nosso Partido que, sublinhe-se, não pode afrouxar a sua actividade geral por falta de meios materiais!

Poder local

«Gestão da APU em Loures é motivo de confiança no futuro»

— afirma Severiano Falcão



Os serviços da Câmara Municipal de Loures, sem *quorum* desde o passado dia 9 de Julho devido à renúncia dos dois vereadores do PSD e dos quatro vereadores do PS no dia 3 do corrente, estão a funcionar normalmente assegurados pelos vereadores da APU, que se manterão em funções até à nomeação da Comissão Administrativa pela respectiva Assembleia Municipal.

Esta situação, como tem vindo a ser denunciado, foi provocada pela aliança PS/PSD, culmina um boicote sistemático à gestão APU iniciado logo após a tomada de posse, em 4 de Janeiro de 1980.

O historial dos acontecimentos e a análise sumária das motivações daquela aliança liderada pelo ex-vereador Riço Calado, eleito do PS, foram tema de uma conferência de Imprensa promovida pelos eleitos da APU em Loures na passada segunda-feira e posterior encontro de Severiano Falcão, presidente em exercício, com a reportagem do "Avante!".

O ar cansado do camarada Severiano Falcão, acentuado pela sua pronunciada magreza, desaparece logo que começa a falar com o vigor que lhe é característico, revelando a força que o mantém combativo ao fim de quase ano e meio de luta diária à frente de um executivo de um concelho tão complexo como o de Loures.

A conversa começou pela acusação mais grave que lhe é feita por Riço Calado — houve ou não houve ilegalidades?

Empunhando o I volume de Leis Sobre o Poder Local, Severiano Falcão lê o Artigo 65.º (competência excepcional do presidente da Câmara): O presidente da Câmara pode praticar quaisquer actos da competência desta, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e não seja possível reuni-la extraordinariamente, ficando, porém, os actos praticados sujeitos a subsequente ratificação da Câmara.

E faz questão de frisar o n.º II, onde se diz que se a Câmara não ratificar os actos praticados pode o presidente ficar sujeito a responsabilidade civil perante terceiros, por excesso de funções, nos termos do Artigo 367.º do Código Administrativo.

Passando depois à situação concreta que estaria na origem da acusação que lhe é feita, o camarada clarifica o que se passou:

Eu decidi, no dia 1 de Junho, autorizar a FNMAL a utilizar a título precário e provisório, por um ano, terrenos camarários na Portela de Sacavém, para ali colocar instalações do seu pessoal. Se não o tivesse feito, a FNMAL sentir-se-ia forçada, contra a sua vontade, a servir-se dos terrenos que havia cedido aos moradores do Casal dos Marcos para a construção de habitações ao abrigo das operações SAAL, dado que os equipamentos para os filhos dos trabalhadores daquela empresa devem estar prontos a funcionar antes do final do ano. Impunha-se pois uma deliberação.

Como a primeira proposta nesse sentido levada à sessão de Câmara nem sequer foi admitida para discussão, fui forçado a decidir. É claro que depois essa decisão foi submetida à Câmara, que a poderia ratificar ou não. Não ratificou. Mas isso, ao contrário do que pretende o PS, não anula a decisão do presidente da Câmara. Torna-o apenas só ele res-

ponsável perante terceiros pelos actos praticados.

De notar que os terceiros — os "afectados" já se manifestaram:

Comissão de Trabalhadores da FNMAL/INDEP

Assunto: "Permuta de terrenos da FNMAL Casal dos Marcos) e CML".
Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures

Por esta forma, comunicamos que recebemos a informação que nos enviou sobre a sua deliberação relacionada com o assunto em epígrafe. Aproveitamos para manifestar a nossa satisfação pela referida deliberação que veio ao encontro das propostas que em tempo oportuno esta CT fez, quer junto da Câmara, quer junto dos responsáveis na fábrica. Manifestamos a esperança que de futuro sejam salvaguardados os legítimos interesses dos trabalhadores em relação ao terreno definitivo a ceder em troca com o do Casal dos Marcos.

Também a Associação de Moradores do Casal dos Marcos se manifestou, vindo a público apoiar a decisão do presidente da Câmara e recordar ao sr. Riço Calado o esquecimento a que a gestão socialista votou a sua luta pelo direito a uma habitação condigna, só quebrado em vésperas de eleições (1979) mandando iniciar as obras de infraestruturas nestes mesmos terrenos da FNMAL, nestes mesmos terrenos que seriam retirados à população se a Câmara não apresentasse uma alternativa, como Severiano Falcão fez.

Como se afirma no comunicado da Associação de Moradores, se o presidente for chamado a responder por esta justa deliberação não ficará só no banco dos réus. Estaremos todos consigo, nós, o futuro bairro e a futura creche, da Associação de Moradores do Casal do Marco.

Nunca quiseram trabalhar!

A campanha contra a gestão APU na Câmara de Loures liderada por Riço Calado foi rica em acusações de falta de democraticidade, autoritarismo e presidencialismo. Severiano Falcão respondeu a isso dando uma pincelada breve sobre o que foi a

distribuição de pelouros e trabalho na Câmara, sob a sua gestão.

Ao contrário do anterior executivo PS, a que Riço Calado presidiu, que centralizou em si todas as competências da Câmara e não entregou qualquer pelouro aos quatro vereadores da APU, esta, desde a tomada de posse em Janeiro de 1980, lutou pela distribuição de pelouros e competências por todos os vereadores.

Quando se conseguiu que o PS e PSD concordassem em assumir as suas responsabilidades, num acordo que incluía a nomeação de mais um vereador a tempo inteiro, verificou-se que não só não estavam interessados em trabalhar — nunca dinamizaram os pelouros a seu cargo — como a partir de Abril faltaram a quase todas as reuniões da Câmara, sem terem chegado a preencher o lugar em regime de permanência que até Junho passado esteve à sua disposição.

Como se vê, um conceito de democracia muito vago, o de Riço Calado, baseado sobretudo num simples somar de votos com a direita sempre que se tratou de boicotar a acção da APU, mas que não servia para trabalhar porque, como chegaram a afirmar-me pessoalmente, «trabalhar era dar prestígio à APU».

Empenharam-se, isso sim, em procurar motivos para lançar a população contra a APU, como aconteceu com o ringue de patinagem que o Atlético Clube de Moscovide possui há mais de vinte e cinco anos, local onde aqueles vereadores entendem dever ser construído um mercado.

Pretenderam, então, que eu mandasse demolir o

A «oposição» aos construtores

Uma das «acusações» do ex-vereador Riço Calado, propagada pelo PS e PSD, é que a APU se tem oposto aos legítimos interesses dos construtores civis no concelho de Loures.

Os dados que se seguem mostram a intensidade de tal oposição.

Durante o ano de 1980 a Câmara apreendeu 1288 processos de construção, contra 372 em 1979 (maioria PS).

Dos 1039 processos aprovados, 727 foram por unanimidade, 103 com uma ou mais abstenções, 128 com votos contra do PSD, 13 com votos contra do PS e 68 com voto contra da APU.

Os restantes 249 foram indeferidos da seguinte forma: 193 por unanimidade, 21 com uma

ou mais abstenções, 20 contra o parecer do PSD, 3 contra o parecer do PS e 12 contra o parecer da APU.

Já no corrente ano, e durante os três meses de boicote às reuniões pelos vereadores do PS e PSD, o presidente da Câmara tomou a iniciativa de despachar 56 assuntos, na sua maioria processos de construção de iniciativa privada.

Pela listagem apetece perguntar se o que «dói» a Riço Calado é a «oposição aos legítimos interesses dos construtores civis» ou a não subordinação de APU aos grandes especuladores imobiliários que tanto acolhimento tiveram no anterior executivo...

do esta exigência sido acompanhada de qualquer deliberação da Câmara, aquele vereador se recusasse a embargar as obras. É óbvio que o objectivo era apenas o de lançar o odioso de uma tal decisão sobre a APU.

Não o conseguiram. Como não conseguiram al-

cançar totalmente os seus intentos, uma vez que o presidente da Câmara e os vereadores da APU nunca se pouparam a esforços para que as actividades do Município se tenham sal-

vos pessoais e partidários, esquecendo a defesa dos interesses do concelho.

Pese embora os condicionamentos inerentes a uma eleição suplementar — diz Severiano Falcão — que corre o risco de ser afectada por uma abstenção superior ao normal, a APU confia em que não só manterá como aumentará a sua votação.

Estamos certos de que a população saberá defender os seus interesses, condenando nas urnas a política que alguns dirigentes oportunistas do PS teimam em levar por diante dando as mãos à direita, essa mesma direita que tão gravemente ameaça as instituições democráticas e a autonomia do poder local.

Sabia que...

● As Juntas de Freguesia de Loures receberam, em 1980, 36 320 contos de subsídio e este ano foram já distribuídos mais 26 260 contos?

● As Associações de Bombeiros receberam, em 1980, 11 036 contos e este ano 13 500 contos?

● As Colectividades de cultura e recreio receberam subsídios de 8660 contos em 1980 e 10 000 em 1981?

● Estas verbas atingiram valores anuais três vezes superiores aos de 1979 e ultrapassam o total de verbas concedidas no três anos da administração anterior de maioria PS?

● Na recuperação de bairros clandestinos foram gastos 20 000 contos em 1980 e este ano foram transferidos com este fim 15 000 contos para águas e saneamento e mais 14 634 contos para estradas e arnuamentos?

● Estes valores são 10 vezes superiores aos dispendidos em 1979 e mais 4 vezes superiores aos atribuídos durante o mandato PS?

● As obras de infra-estruturas, pelouro APU, atingiram valores de 108 112 contos em 1980, duas vezes mais que na gestão PS em 1979?

● O ex-vereador Riço Calado desafiou o camarada Severiano Falcão para um debate televisivo. O desafio foi aceite, mas o obreiro de alianças com o PSD não voltou a falar no assunto?

● Os eleitos do PS e PSD que se demitiram, fazendo cair a Câmara de Loures, pretendiam afinal continuar em funções depois da demissão? Será que se arrependeram?

A confiança

É a própria actividade desenvolvida, alvo de tantas críticas da aliança PS/PSD, que dá a Severiano Falcão e à APU a confiança com que encaram o próximo acto eleitoral.

Consciente de que até às eleições suplementares a população vai ser a principal vítima das deficiências de funcionamento de uma gestão meramente administrativa, pelo que são total e unicamente responsáveis os vereadores que provocaram a queda do executivo, o presidente em exercício confia no entanto que as populações saberão julgar na hora do voto os que se têm preocupado com predo-



Para conhecer

ANGOLA de hoje

Distribuição em Portugal
CDL - Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 LISBOA

Nome _____
Morada _____ Localidade _____

Requisito
— Exº — Angola na reconstrução nacional 300\$00 cada

problemas da paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL DOS GRANDES ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

edições **Avante!**

VENDAS NAS FEIRAS DO LIVRO, DE LISBOA STAND N.º 80, NO PORTO STAND N.º 33

A falta de água no Algarve

«A carência de água de abastecimento público às populações e à agricultura é reconhecida em um dos problemas mais graves da região, podendo mesmo afirmar-se que condiciona fortemente o desenvolvimento económico», alerta a Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL), do PCP, em documento agora divulgado e no qual se referem as origens, as características e as consequências do problema, denunciando o ponto por ponto a inoperância do Governo «AD» neste caso concreto e apresentando propostas objectivas para a tentativa de resolução do problema.

«Ano após ano, a questão levanta-se com mais ou menos acuidade, segundo seja um bom ou mau ano de chuva. Ano após ano, promessas têm sido avançadas para atacar tão grave problema, visando a execução de obras de fundo, de aproveitamento de águas de superfície, há muito projectadas, que apontam para a construção das barragens na serra algarvia», salienta a DORAL, que acrescenta:

«O desenvolvimento anárquico do turismo no Algarve, voltado em boa parte para a corrida ao lucro fácil através da especulação imobiliária, acentuou essas carências. A proliferação de aberturas de furos para captação de água para servir o turismo e a agricultura desde há muito vêm criando uma situação de eminente perigo de esgotamento das águas subterrâneas».

Depois de se referir à visita feita ao Algarve no princípio do ano por Pinto Balsemão — que então empossou a Comissão de Saneamento Básico do Algarve, organismo que nas suas palavras iria atacar a situação de pré-catástrofe existente —, o documento da DORAL recorda:

«Em ano de prolongada seca avizinhava-se a agudização do problema.

«No seguimento da visita do Primeiro-Ministro, vem ao Algarve uma equipa de geólogos da Direcção-Geral de Recursos Hídricos, para inventariar as carências existentes.

«A 27 de Março de 1981, tal equipa entrega um relatório ao Governo com um conjunto de medidas de emergência para atacar a falta de água de abastecimento público, que então se avizinhava como inevitável se tais medidas não fossem tomadas.

«No seu conjunto, o plano importava em cerca de 120 mil contos».

• Em Loulé: água duas vezes por semana...

Vila Real de Santo António, Castro Marim, Portimão, Loulé e Tavira — eram os cinco concelhos

abertura sistemática de furos «sem qualquer rentabilidade e sem um mínimo de planificação e consulta técnica capaz».

Entretanto, em Portimão «a água salobra já invadiu as tomeiras, o mesmo se passando em Tavira», ao mesmo tempo que em Vila Real de Santo António, Castro Marim e Vila do Bispo

desbarato estão a secar. Novos furos se abrem com custos que se elevam a centenas de contos ou mesmo perto de um milhão, sem qualquer planificação ou estudo prévio capaz, correndo-se riscos de muitos deles voltarem a secar.

«No desespero de perderem as suas culturas, os agricultores

o abastecimento de água a Castro Marim e mesmo a Tavira. «Tal estudo, feito e custeado pela Câmara, não obteve qualquer resposta do Governo AD, assim como não se obteve as medidas que o plano de emergência apontava, cujos custos para o concelho não iam além de 10 mil contos», salienta o documento.

• 120 mil contos!

Como noutros problemas da vida nacional, o Governo AD evidencia, no caso do problema da água no Algarve, uma (des)orientação verdadeiramente «exemplar».

Há dinheiro para indemnizações a latifundiários e capitalistas; há dinheiro para banquetes; há dinheiro para os senhores deputados... e não há para a resolução do problema da água no Algarve?

«O Governo não tem 120 mil contos para pôr de pé um plano de emergência que, apesar de duvidosos resultados a longo prazo, poderia no imediato responder à situação que está criada?», interroga a DORAL.

• Solução definitiva: as barragens!

Já na parte final do importante documento que temos vindo a citar, os comunistas algarvios afirmam:

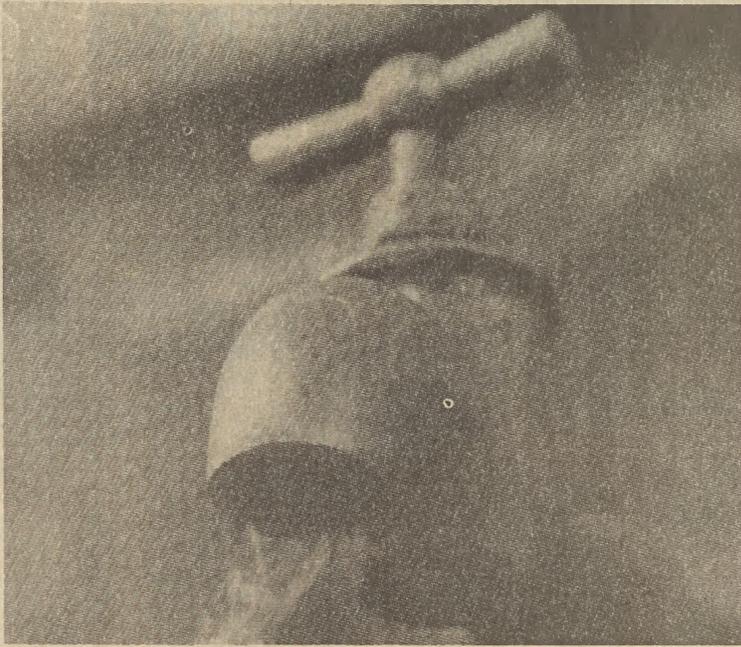
«O problema da água no Algarve só poderá ser resolvido em definitivo, não através da captação sistemática de águas subterrâneas, mas antes na concretização do plano de construção das barragens do Beliche, Odelouca, Funcho e Odeleite, há muito projectadas e que além do mais permitiriam recuperar economicamente a degradada serra algarvia em sérios riscos de desertificação».

«Salientamos, por outro lado, o grande interesse que tem para o Algarve a rápida concretização do aproveitamento do Alqueva».

A terminar, a DORAL «alerta o povo algarvio, os largos milhares de pessoas que escolheram o Algarve para passar as suas férias e a opinião pública em geral para a gravíssima situação que está a ser criada, cujas responsabilidades apontam em linha recta para a incompetência e o desprezo que o Governo AD demonstra na resolução dos verdadeiros problemas que afectam a região».

«O Governo AD demonstra aqui claramente a sua verdadeira face de Governo voltado para as grandes negociações, servindo capitalistas e latifundiários através de uma política de subversão do regime democrático».

«Contra tal política e tal Governo, a luta tem que continuar unido cada vez mais sectores e classes sociais cujos interesses estão a ser atingidos por tal política».



Direcção Regional do PCP denuncia incompetências

então consideradas em zona crítica, o que, aliás, se veio a confirmar plenamente.

Passados vários meses (portanto, desde Março), «nenhuma medida concreta foi tomada por iniciativa do Governo para resolver a situação» naqueles concelhos.

Como sublinha a DORAL, «mais uma vez estamos perante uma manobra de propaganda e não de uma vontade real em resolver os problemas».

«Inevitavelmente», alertam os comunistas algarvios, «a situação tem vindo a agravar-se a ritmos deveras preocupantes, perante os quais não se pode ficar indiferente».

Como exemplo, a DORAL aponta o caso de Loulé. Ali, desde há dois meses que só se tem água duas vezes por semana. Numa atmosfera de desespero, incompetência e leviandade, a Câmara local depende vultosas quantias de dinheiro na

«aumentaram as preocupações sobre a possibilidade de a água vir a faltar».

Faro, Albufeira e Lagoa vieram a juntar-se posteriormente aos concelhos desde a primeira hora considerados em zonas difíceis.

A propósito, sublinha a DORAL:

«A actual situação agravou-se e tende a generalizar-se a grande parte dos concelhos do Algarve, tudo isto perante o olhar indiferente do Governo e a incapacidade dos senhores da Comissão de Saneamento Básico do Algarve».

• Na Agricultura

Entre os agricultores, como se vive esta situação?

«O panorama não é mais animador», conclui a DORAL do PCP, que adianta:

«Centenas de furos que se continuam a fazer ao

investem o que têm e não têm, endividando-se muitos deles para longos anos da sua vida».

• O plano da Câmara de V. Real de S. António

Alguns órgãos autárquicos da região não têm cruzado os braços. Apesar das suas limitações, tentam resolver os problemas mais urgentes da situação.

«Destaca-se nesse sentido os esforços feitos pela Câmara APU de Vila Real de Santo António, a qual apresentou há meses um plano de fundo para resolver de vez a questão do abastecimento de água ao concelho», refere a DORAL.

Detendo-se nas características desse plano, a DORAL sublinha o facto de ele se basear na captação de água no Guadiana e de poder resolver simultaneamente

• Consequências imprevisíveis

«Tal situação, a permanecer, pode, de facto, desembocar numa verdadeira catástrofe económica e social para a região», alerta a DORAL, que diz mais adiante:

«Não é só o abastecimento de água às populações que está em causa, mas também e de forma extraordinariamente gravosa, a água para a agricultura, que pode vir a faltar em muito maior escala; são os estabelecimentos de saúde; é o próprio turismo que mole importante da economia da região, assim como um largo conjunto de actividades comerciais que podem com isso sofrer pesadas perdas».

Calar esta realidade, independentemente de tudo o mais, seria pactuar com a atitude de um Governo incapaz de resolver os verdadeiros problemas do país e da região».

Terra



MAP prossegue o saque

Nova lei da cortiça consegue ser pior que a famosa «lei-roubo»

Confirmando as apreensões anteriormente manifestadas pelos trabalhadores, o Governo acaba de desferir mais um golpe contra a UCP's/Cooperativas com a publicação de uma nova lei que proíbe aos trabalhadores a venda da cortiça por eles extraída e empilhada, passando esta competência para o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, que para o efeito abrirá concursos públicos.

«Se a anterior lei — a célebre «lei-roubo» 98/80 — criou uma situação de profunda injustiça agravando a dívida já existente do Estado às Cooperativas da Reforma Agrária e que hoje atinge o montante global de mais de dois milhões de contos, segundo os dados apurados na 5.ª Conferência da Reforma Agrária, o novo diploma não lhe fica atrás, vindo a criar ainda maiores dificuldades e problemas aos trabalhadores».

Tal como o anterior, o novo decreto-lei estabelece condições especiais para os reservatórios. Ou seja, todas as restrições impostas às UCP's/Cooperativas são expressamente levantadas nos casos de reservas já entregues ou a entregar e também nos casos em que haja apenas «pedidos de reserva».

Todos os proprietários de montados de sobre que não estão abrangidos pela Reforma Agrária podem comercializar livremente a cortiça e, se bem o entenderem, podem inclusive não a extrair. Ao contrário, as UCP's/Cooperativas são obrigadas a cultivar e a efectuar todos os tratamentos necessários à cultura do montado de sobre e estão proibidas de vender a cortiça.

Como facilmente se verifica, por esta lei o Estado arrega-se o direito de ser proprietário da cortiça produzida pelas UCP's, retirando a estas o direito de mexer naquilo que é seu, isto é, na sua própria cortiça.

«Com este decreto-lei, os trabalhadores ficam sujeitos a um regime de verdadeira escravatura», sublinhou o mesmo porta-voz. E, na verdade, assim é. Conhecemos o texto do diploma.

Nele se refere designadamente que este decreto-lei se aplica exclusivamente às explorações agrícolas sujeitas a medidas de Reforma Agrária, prevendo que os compradores de cortiça efectuem os pagamentos directamente à Caixa Geral de Depósitos. Desse montante serão retiradas as importâncias referentes à liquidação dos encargos com operações de extracção e empilhamento e de exploração de montado.

O valor líquido do produto da venda (depois de retiradas as indemnizações aos agrários, as despesas com a entrega de reservas e a transferência de dinheiros do sector agrícola para o industrial), será aplicado para «entrega directa ao tesouro, a título de remuneração do capital investido pelo Estado sob a forma de indemnizações fundiárias» e para «cobertura de acções de estruturação fundiária já realizadas ou a realizar, e acções de investigação e

Transfêrencia «inocente»

Elaborado pelo MAP, foi também recentemente publicado um despacho que transfere 100 mil contos do Instituto de Produtos Florestais (IPF) para a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com o objectivo de pagar as despesas relativas a operações de estruturação fundiária.

Esta escandalosa operação, aparentemente «inocente», significa afinal que parte substancial do dinheiro da venda da cortiça depositado pelos compradores em anos anteriores em nome do IPF e devido às UCP's, servirá agora para custear as indemnizações aos agrários, assim como as operações de entrega de reservas. É que lá para o MAP, MAP dá corrupção e de legalidade, «estruturação fundiária» é sinónimo de «entrega de reservas».

A Quinta da Marinha já está a arder?

O «Expresso» noticiava na última semana: Com 80% de capitais árabes: Projecto de António Champalimaud custará 115 milhões de dólares. Este projecto situar-se-á na Quinta da Marinha, a Cascais, na vertente sul da serra de Sintra.

Referêre ainda o jornal do primeiro-ministro Balsemão, no documentado artigo, que este empreendimento constará de um hotel de quatro estrelas com 442 quartos, 200 moradias com 400 quartos, um golfe e vários equipamentos de apoio, salientando mais adiante que o índice de ocupação do empreendimento ronda as 25 pessoas por hectare.

Mais um crime ecológico

A Câmara Municipal de Cascais, com os votos do CDS, PPM e PPD, aprovou recentemente dois projectos da Guia, SARL, e que fazem parte de uma série de sete. A concretizar-se será o princípio do fim da Quinta da Marinha.

E mais de 5 milhões de metros quadrados seriam roubados a uma zona que, abrangendo a serra de Sintra, é considerado património ecológico e paisagístico, não só da Costa do Sol, mas também nacional.

A família Champalimaud, proprietária de uma grande parte da Quinta da Marinha, forma em 1971 a Turmar — Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SARL.

Em 1976, esta sociedade é desdobrada em quatro novas sociedades anónimas, a saber: Guia — 93 hectares; Euronova — 138 ha; Raso — 279 ha; e Abano — 28 ha.

Nestas novas sociedades aparecem nomes como J.P. Gonçalves Pereira e João Carlos Vaz Serra e Moura.

A coincidência de um incêndio

Nesse ano de 1976 entram na Câmara de Cascais seis projectos de urbanização para «exploração turística» abrangendo a totalidade da área, ou seja os tais cinco milhões e quatrocentos mil metros quadrados.

Em 1979, depois de longo e controverso debate, a Câmara, por proposta do seu presidente, com base num despacho do Secretário da Habitação e Urbanismo, concede à Sociedade Guia o alvará para o loteamento de 30 hectares.

O presidente da Câmara, eleito pelo PS, conta com o apoio do PPD e CDS. Votaram contra os vereadores do PS e da APU.

Aprovados estes 30 ha., deflagra em meados de Junho do ano passado um incêndio que destrói exactamente a restante área da zona da Guia (66 ha.), zona esta não abrangida no primeiro loteamento. Esta «coincidência» dá origem ao agora chamado «plano de recuperação da área queimada».

Esta coincidência do incêndio pode, pois, dizer-se que veio a calhar.

Ainda a propósito desta coincidência. O recente incêndio que se verificou na serra de Sintra, onde novamente uma extensa área florestal foi devastada, levantou por parte das populações locais a suspeita (e não há fumo sem fogo, segundo a sabedoria popular) de que interesses ocultos o provocaram pretendendo com esta política de terra queimada abrir caminho à construção civil desordenada e galopante na zona e consequentemente aos vantajosos lucros.

Pois, voltando novamente ao assunto da Quinta da Marinha, é este segundo pedido de loteamento da Guia SARL (a tal zona que ardeu) que a Câmara agora aprova, com os votos contra do PS e da APU.

Caso este projecto de destruição vá por diante — com mais ou menos incêndio à mistura — em breve, milhares e milhares de adultos e crianças deixarão de ter acesso à Quinta da Marinha, sua tradicional zona de descanso e lazer. A partir dessa altura, quem quiser descansar, que o pague — como é lema da «AD».

Parque natural ou paisagem protegida? Ainda na mesma edição do «Expresso» que temos vindo a citar um outro artigo refere que o Governo aprovou esta semana, na generalidade, um decreto emanado da Secretaria de Estado do Ambiente que cria a área do Paisagem Protegida de Sintra-Cascais, abandonando assim a figura do Parque Natural que muita controvérsia tem gerado, em várias semanas, em vários quadrantes políticos, económicos e sociais, daqueles concelhos e de todo o país.

Parque natural ou paisagem protegida?

Por tudo isto é necessário impedir que seja posta em prática a destruição da Quinta da Marinha. Impedir mais este plano de destruição da riqueza florestal do concelho de Cascais. Estar vigilante para que zonas ainda não loteadas não venham a arder amanhã, para depois passarem a ter um «plano de recuperação» que nestes casos substitui as árvores e o mato por construções de cimento.

«Com este decreto-lei, os trabalhadores ficam sujeitos a um regime de verdadeira escravatura», sublinhou o mesmo porta-voz. E, na verdade, assim é. Conhecemos o texto do diploma.

Nele se refere designadamente que este decreto-lei se aplica exclusivamente às explorações agrícolas sujeitas a medidas de Reforma Agrária, prevendo que os compradores de cortiça efectuem os pagamentos directamente à Caixa Geral de Depósitos. Desse montante serão retiradas as importâncias referentes à liquidação dos encargos com operações de extracção e empilhamento e de exploração de montado.

O valor líquido do produto da venda (depois de retiradas as indemnizações aos agrários, as despesas com a entrega de reservas e a transferência de dinheiros do sector agrícola para o industrial), será aplicado para «entrega directa ao tesouro, a título de remuneração do capital investido pelo Estado sob a forma de indemnizações fundiárias» e para «cobertura de acções de estruturação fundiária já realizadas ou a realizar, e acções de investigação e

Nacional

A propósito do problema da subida do dólar

Os EUA exportam para a Europa a sua própria crise interna como sucedeu na siderurgia

Falar em crise do sistema económico capitalista é hoje já um lugar comum. De tal modo isto assim é que os próprios economistas burgueses não se preocupam mais em superá-la, antes procuram os remédios necessários de adaptação das economias das nações capitalistas ensinando-lhes a forma de viver o melhor possível na e com a crise.

Não admira por isso que aquilo a que no texto se chama «egoísmo nacional» cause por vezes, perturbações que afectam o «equilíbrio» tão dificilmente mantido. A exportação e importação de «crises» tomou-se um fenómeno trivial entre os países capitalistas. Obviamente que são os países mais poderosos os grandes «exportadores de crise» e também, normalmente, os que utilizam com mais eficácia mecanismos protectores contra a «importação» que lhes chega doutros países.

Recentemente algumas medidas do governo americano de carácter restritivo no que diz respeito ao mercado interno do dólar — nomeadamente a subida das taxas de juro — provocou quase o pânico entre as classes dirigentes dos países da CEE ao verificar-se uma rápida revalorização da moeda americana relativamente às dos seus próprios países.

Compreende-se, à luz da situação de dependência económica dos países europeus face à economia dos Estados Unidos, os perigos que as economias capitalistas europeias temem. O défice da Comunidade nas trocas com os EUA aumenta naturalmente na mesma proporção da subida do dólar e as exportações para os EUA são obrigatoriamente afectadas, o que criará novas dificuldades à produção europeia em estagnação quase total e que não pode de forma alguma ver reduzidos os seus mercados de escoamento.

Estas são as grandes contradições dos países do sistema económico capitalista. Para que uns resolvam momentaneamente os problemas, dos seus monopólios dominantes geram-se, por cadeia, estrangulamentos graves para os monopólios dos outros.

JGD

Iniciada em 1979, a crise económica nos Estados Unidos acabou por atingir todo o mundo e, na opinião dos economistas ocidentais, as suas dimensões assemelham-se cada vez mais às da «grande depressão» dos anos trinta.

Apesar das previsões e da esperança de que os seus efeitos tivessem um carácter passageiro, a Europa Ocidental viu-se finalmente a braços com uma nova crise. Esta fez-se sentir de modo muito particular nos países do Mercado Comum, onde ainda no início do ano passado se desenhava uma brusca recessão em todos os sectores — chave da indústria: a química, a metalúrgica, a construção e a automobilística.

Os consórcios utilizaram os métodos clássicos de resolução da crise: encerramento de oficinas e empresas e despedimentos em massa. Num ano, o número de desempregados nos países da CEE passou de 6100 para 8500 milhões. O agravamento do custo de vida, da inflação, a queda do poder de compra em consequência dos congelamentos salariais, atingiram directamente o comércio. A partir da segunda metade do ano passado, começaram a registar-se índices de recessão nos ramos produtores de artigos de consumo: os consumidores preferem reter o dinheiro, na previsão de piores dias.

Traço característico

No panorama europeu, o traço mais espectacular foi dado pela crise na indústria do aço. Segundo os dados da Comissão das Comunidades Europeias, em Outubro de 1980, as potencialidades da produção da siderurgia funcionavam apenas a 58 por cento. Foram encerradas muitas empresas do sector e dezenas de milhares de trabalhadores avisados de despedimento.

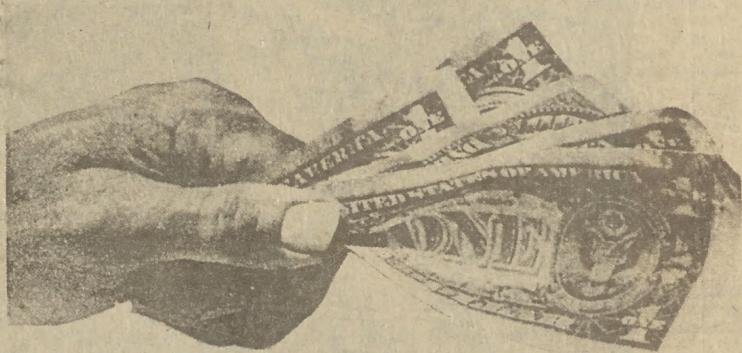
A situação obrigou as autoridades da Comunidade a recorrer a medidas extremas: entrou em vigor o chamado «capitolo da crise» do contrato sobre a Associação Europeia de

Carvão e Aço, (CECA), que preconizava a limitação obrigatória da produção: 450 empresas deviam, no primeiro semestre, reduzir a produção de 13 a 20 por cento, mas já em Fevereiro tal redução foi considerada insuficiente e a Comissão exigiu que no segundo semestre a produção de aço baixasse entre 18 e 25 por cento. Actualmente, pensa-se alargar o prazo da crise ao segundo semestre do ano em curso.

A solução adoptada para a «crise do aço» suscitou no entanto um evidente descontentamento na República Federal Alemã, onde os empresários do sector têm afirmado insistentemente que não permitirão que lhes seja imposta qualquer medida de «filantropia coerciva», no interesse das empresas deficitárias.

O problema do aço acabou assim por se formar tema de numerosas reuniões dos organismos superiores da CECA, com objectivo prioritário de pôr fim às manifestações de «egoísmo nacional» e de conjurar a ameaça de uma «guerra do aço», que significaria o fim para a Associação.

Todavia apesar dos constantes apelos, os países membros não abandonam a esperança de reforçar, à custa da intervenção financeira do próprio Estado, a posição da sua indústria e assim obter vantagens à custa dos outros.



Neste contexto, o chefe do governo alemão, o chanceler Helmut Schmidt, chegou a ameaçar com o encerramento das fronteiras para o aço importado dos outros países da CEE, se estes últimos não se mostrassem dispostos a resolver em conjunto os problemas da metalurgia da «pequena Europa».

Raízes do problema

As raízes destes problemas remontam ao início da década de setenta, quando o agravamento da concorrência nos mercados capitalistas fez com que a curva do crescimento da produção começasse a descer. É sintomático que mesmo em 1979, em que a produção de aço ultrapassou a do ano recorde de 1974, os consórcios europeus tenham sofrido perdas enormes.

Os sintomas da crise revelaram-se assim muito antes do alarme agora dado pelos funcionários de Bruxelas. Mas, o que se verifica é uma tentativa de ocultar as verdadeiras razões da crise. Ultimamente, os círculos da CEE imputam parte dessa culpa aos exportadores japoneses. Uma torrente de

críticas foi despejada em cima dos países da OPEP, por estes terem aumentado os preços do petróleo. Não escaparam às censuras os países em vias de desenvolvimento, por se terem «atrevido» a lançar as bases da sua própria metalurgia.

Quanto aos motivos da luta conjuntural entre o triângulo EUA-CEE-Japão, pouco se diz. Ora, foi precisamente a estratégia financeira de Washington que fez agudizar as tempestades inflacionárias, geradoras das dificuldades económicas com que actualmente se debate a Comunidade Económica Europeia. Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional elaborado por Jacques de Larosière, «as tendências inflacionárias datam de 1960, tendo começado muito antes da actual crise do petróleo. É absolutamente possível que sejam estas tendências a causa principal do encerramento do petróleo é não o contrário».

Agudização da luta

Foi no entanto, na esfera dos mercados de exportação e de

matérias-primas que a luta entre os Estados Unidos e a CEE assumiu formas mais agudas. Contando com o apoio aberto da Administração, os monopólios americanos desferiram golpes certeiros sobre o sector químico da Comunidade.

A ofensiva contra o Mercado Comum desenvolveu-se paralelamente com a irradiação das firmas europeias dos mercados norte-americanos. A administração Carter tentou mesmo aplicar-lhes a legislação anti-dumping, e só razões políticas o impediram de o fazer. Washington foi obrigada a recuar, declarando-se disposta ao restabelecimento do sistema dos preços mínimos de importação, embora os preços finalmente estabelecidos se distanciassem tanto dos praticados no mercado, que o ministro da Economia da RFA chegou a afirmar que eles constituem um «obstáculo insuperável à exportação europeia».

Os efeitos desta política fizeram-se necessariamente sentir no nível da exportação de aço pela CEE nos últimos dois anos. Assim, enquanto que em 1978 foram exportadas para os

Estados Unidos 7,4 milhões de toneladas de aço, já no ano passado esse volume tinha sido reduzido a 3,2 milhões.

No entanto, o aço é apenas um dos componentes do volume das trocas comerciais entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. O défice total da Comunidade nas trocas com os EUA aumentou de 6,1 milhões de dólares em 1978, para 27,5 em 1980. Analisando os últimos resultados do «comércio transatlântico», a imprensa europeia salientou que Washington considera a Europa Ocidental apenas como um bom mercado de escoamento dos seus produtos. Para os Estados Unidos, assinalam, a balança comercial com a Europa reveste-se de importância especial, já que o seu saldo positivo permite cobrir o défice comercial na troca com o Japão e parte considerável da conta americana de petróleo.

Num dos seus estudos relativos à situação económica dos EUA, a Comissão para as Relações Económicas do Parlamento Europeu constatou que as dificuldades de exportação frequentemente invocadas por Washington, são em grande parte resultado da actuação da administração dos EUA, que «prende a economia nas cadeias das restrições comerciais».

Como se sabe, foi exactamente Washington quem exigiu da CEE o congelamento das relações económicas e comerciais com a União Soviética. Ultimamente, a imprensa ocidental tem feito notar que Washington está empenhada em multiplicar obstáculos às conversações sobre o fornecimento de gás natural soviético à Europa ocidental. Não é necessário ser especialista para compreender que, nesta controlo sobre o nível da qualidade das transacções da «pequena Europa» priva a CEE de um factor estabilizador, tão necessário nas condições actuais, e coloca os «deuses» no impasse da crise.

NÃO às armas nucleares em Portugal

Realizou-se

o 1.º Encontro Nacional

Pactos militares em crise

As alianças militares actualmente existentes não têm todas as mesmas características. O mero exame da forma como surgiram revela que enquanto umas são elementos de uma política baseada nas «posições de força» outras se constituíram mais como resposta dissuasora a possíveis agressões.

Em 1949 surgiu a NATO, o primogénito da actividade «criadora» imperialista. Mais tarde formaram-se os blocos da Ásia, das bacias do oceano Índico e do Pacífico: a ANZUS, em 1952, a SEATO, em 1954, a CENTO, em 1951. A aliança americano-japonesa existe, de facto, desde 1951.

Todas estas alianças surgiram com base na cooperação do «cavallo com o cavaleiro», reforçando a influência dos EUA nas correspondentes regiões. O objectivo foi ameaçar com a força os países que não desejavam subordinar-se ao «dictat» e pretensões imperialistas.

Seis anos depois da NATO os países da comunidade socialista associaram-se no Pacto de Varsóvia, face à ameaça real da sua soberania e segurança. O mundo ficou, assim, dividido em blocos militares opostos e gerou-se o sinistro clima da «guerra fria», prenhe de conflitos militares.

SEATO e CENTO

A tendência histórica dos povos para a coexistência pacífica sobrepôs-se, entretanto, à situação de confronto e demonstrou a total falta de perspectivas das alianças militares criadas artificialmente para sustentar os interesses do hegemonismo e do neocolonialismo. A SEATO e a CENTO não suportaram a prova do tempo e na própria NATO surgiram tendências centrífugas. Não foram os EUA que renunciaram à política de blocos, mas a própria política que fracassou. Washington esforçou-se por conservar, pelo menos, certas alianças e criou outras para substituir as que caíram por terra. Conseguiu manter a NATO, o Japão e a Anzus atreladas à sua carruagem. Actualmente os EUA utilizam vários métodos de pressão a fim de alargar a NATO, primeiro com a admissão da Espanha e depois, possivelmente com certos países neutrais não-alinhados.

No Médio Oriente e zonas africanas adjacentes, Washington procura substituir a desmoronada CENTO por um bloco integrando Israel, o Egipto e alguns outros países árabes e africanos. No Extremo Oriente, os EUA pressionam o Japão, forçando-o a activar os esforços militares, procurando incorporar também a Coreia do Sul nesta aliança.

Aumenta a pressão americana sobre os países de ASEAN, a fim de impor a esta associação económica um carácter militar e incluí-la na órbita da estratégia de blocos. Assiste-se, também, à aproximação entre os EUA e o Japão, por um lado, e a China, por outro, aproximação que adquire cada vez mais carácter de conluio militar. Aproximou-se a ideia de criação de um novo bloco militar no Atlântico Sul, com a participação da República da África do Sul, racista, e de certos regimes reaccionários da América Latina. Washington procura, assim, reaninhar o sistema global de alianças militares, a fim de garantir aos EUA os objectivos da sua política externa em todas as partes do mundo.

Propostas

São bem evidentes as nefastas consequências desta política para a causa da paz e em particular para os Estados que cedem às pressões norte-americanas e se colocam na sua dependência militar. A economia e segurança desses países deixa de estar nas suas próprias mãos para se subordinar aos interesses do seu «parceiro sénior». A recusa do alargamento das alianças militares e da criação de outras novas apresenta-se como

Portugal», que reuniu sábado passado cerca de três centenas de pessoas na Casa do Alentejo, em Lisboa, constituiu um importante balanço das actividades desenvolvidas desde a sua formação, em Março, o delinear de tarefas para o próximo período e uma forma significativa de reagir quer os perigos muito actuais da corrida aos armamentos, quer a necessidade imperativa de impedir a instalação de armas nucleares no nosso país.

Não há alternativa ao diálogo

Não há superioridade militar ou nuclear no nosso século — uma verdade afirmada no encontro, e que a propaganda ligada ao imperialismo tenta sistematicamente escamotear. Mas na verdade, mesmo dentro do mais estreito senso comum, quem pode hoje admitir a hipótese de o Pacto de Varsóvia ou a NATO (com objectivos bem diferentes, é evidente) permitirem tal desnível? Por falta de capacidade técnica, científica, económica? É evidente que não. E não

Portugal», que reuniu sábado passado cerca de três centenas de pessoas na Casa do Alentejo, em Lisboa, constituiu um importante balanço das actividades desenvolvidas desde a sua formação, em Março, o delinear de tarefas para o próximo período e uma forma significativa de reagir quer os perigos muito actuais da corrida aos armamentos, quer a necessidade imperativa de impedir a instalação de armas nucleares no nosso país.

Portugal», que reuniu sábado passado cerca de três centenas de pessoas na Casa do Alentejo, em Lisboa, constituiu um importante balanço das actividades desenvolvidas desde a sua formação, em Março, o delinear de tarefas para o próximo período e uma forma significativa de reagir quer os perigos muito actuais da corrida aos armamentos, quer a necessidade imperativa de impedir a instalação de armas nucleares no nosso país.

uma das primeiras medidas eficazes de estabilização da situação internacional. Sobre tudo se esta recusa for acompanhada de outras iniciativas com vista à atenuação do perigo de guerra, nomeadamente a suspensão, proposta pela URSS e aprovada pela Assembleia Geral da ONU, do aumento, a partir de uma data previamente combinada, das forças armadas dos Estados, começando pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e países que lhes estão ligados por relações militares.

A limitação e a posterior redução das forças armadas e armamentos convencionais assegurada, sem dúvida, a continuidade do processo de desarmamento e tornaria mais fácil o objectivo principal: o desarmamento nuclear. A URSS manifestou-se, em seu nome e em nome dos seus aliados do Tratado de Varsóvia, disposta a aceitar a dissolução daquele pacto, paralelamente à dissolução da NATO, iniciando-se este processo com a redução mútua da actividade militar e a liquidação da organização militar de ambos os agrupamentos.

Uma resposta positiva da Aliança Atlântica, o que se não verificou ainda, poderia abrir imediatamente sólidas perspectivas de paz para uma Humanidade hoje recosa da guerra

são soberanos os interesses da defesa para o socialismo? E o alimentar de uma política agressiva do imperialismo?

Hoje o desequilíbrio não existe. Não pode existir. A opção é entre o «equilíbrio do terror», o equilíbrio assente na corrida aos armamentos, como hoje é claramente defendido por Washington, e o equilíbrio pela redução de armamentos, o equilíbrio baseado em conversações, o equilíbrio pelo diálogo.

Este equilíbrio que o movimento «Não às armas nucleares em Portugal» defende, como muitos outros movimentos com o mesmo conteúdo, nascidos nos diversos países da Europa. Movimentos profundamente unitários, movimentos que brotam no interior mesmo de partidos políticos, como no partido no governo na RFA e que se impõem com tanta força que podem levar à constituição de novas maiorias parlamentares, como é o caso da Holanda, ou alterar a política de governos, como na Grécia.

Porquê em Portugal?

A criação de um movimento contra as armas nucleares em Portugal tem razões muito palpáveis. Na verdade, como é destacado na Declaração do encontro, «nem o contexto internacional, nem certas declarações de representantes de órgãos de soberania — as quais não só recusam mas até admitem a possibilidade de instalação de armas nucleares no território de Portugal — são de molde a tranquilizar os portugueses. Antes pelo contrário».

E se acrescentarmos informações referidas no encontro — como a afirmação, em jornais estatizados, de que «é necessário fazer guerra para alcançar a paz» ou «nunca o desarmamento conduziu à paz», ou ainda declarações de um oficial português a uma revista inglesa, promovendo as negociações para a colocação da base de Beja também ao serviço dos EUA, porque seria «um bastião da NATO numa zona infestada pelo comunismo» —, ressalta a importância, a necessidade premente de um grande movimento unitário como o «Não às armas nucleares em Portugal», que deverá englobar todos — sem excepção — que querem preservar o nosso país e o mundo de uma catástrofe nuclear.

Amplio apoio popular

«A receptividade da opinião pública nacional ao Movimento e ao seu objectivo traduz-se em mais de 160.000 assinaturas até agora centralizadas em Lisboa, enquanto muitos milhares continuam dispersas pelo país — destaca-se na Declaração do Encontro.

«A sensibilidade e apoio da opinião pública traduzem-se também em actos e declarações de adesão de associações cívicas, religiosas e sindicais, de colectividões populares, de comissões de trabalhadores, de autarquias, em número superior a 150.

«Traduzem-se ainda em dezenas de sessões de esclarecimento, em vários pontos do País, em que estiveram presentes milhares de cidadãos. Tudo isto não obstante a debilidade das estruturas e a escassez dos meios materiais disponíveis e, bem assim, a ainda insuficiente mas já significativa cobertura da informação».

«Este mesmo apoio ficou bem patente no encontro, na multiplicação de moções e saudações recebidas e em iniciativas tão importantes como a programação «marcha da paz» da juventude de Setúbal. Ressalta ainda, de forma particularmente nítida, num facto incontestável: a acção do movimento, a sua capacidade para intervir, reunir, publicar documentos, basear-se numa medida decisiva no apoio das massas trabalhadoras, na organização sindical. O apoio a título gratuito dos sindicatos, em todos os domínios, é calculado em mais de meio milhão de contos.

O programa de acção

«Não, às armas nucleares em Portugal» — movimento nacional de opinião, levará a cabo todas as acções e iniciativas das mais diversificadas até ao dia em que os portugueses saibam que o perigo de instalação, estacionamento ou trânsito de armas nucleares em Portugal não existe». Neste sentido o Programa de Acção aprovado no Encontro propõe, de imediato — a divulgação da «Declaração política» e do Programa, a intensificação da recolha de assinaturas, a promoção de mais sessões de esclarecimento, colóquios e debates por todo o País, a promoção de encontros aos vários níveis para dinamização ou criação de comissões, iniciativas de agitação e propaganda. E ainda algumas acções específicas como: a comemoração do 36.º aniversário de Hiroshima, a 6 de Agosto; o envio de uma delegação portuguesa ao comité de encerramento da marcha da paz, em Paris, de 6 a 9 de Agosto; a promoção de diversas iniciativas na semana das Nações Unidas pelo desarmamento, de 24 a 31 de Outubro. Está ainda prevista a realização de diversos encontros de trabalhadores científicos, de sindicalistas, dos órgãos de comunicação social.

Na primeira quinzena de Dezembro deverá realizar-se o 2.º Encontro nacional do movimento «Não às Armas Nucleares!».

Uma data histórica na vida do povo mongol

Por ocasião do 60.º aniversário da revolução popular mongol vitoriosa, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol a saudação que reproduzimos. O camarada Alvaro Cunhal deslocou-se à República Popular da Mongólia para participar nas comemorações deste importante aniversário.

Ao Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol

Queridos Camaradas,

Há 60 anos, em 11 de Julho de 1921, o povo trabalhador mongol, sob a direcção do seu partido revolucionário de vanguarda e contando com o apoio internacionalista do jovem país dos soviéticos e a solidariedade da classe operária internacional e das forças progressistas do mundo inteiro, derrubou o regime feudal e lançou-se audaciosamente na edificação de uma nova sociedade.

Ao celebrar o 60.º Aniversário da sua revolução popular vitoriosa, os comunistas e todo o povo trabalhador da República Popular da Mongólia podem legitimamente orgulhar-se pelas grandes vitórias e realizações alcançadas, as quais transformaram radicalmente a face do seu país e as condições de vida do seu povo, fazendo saltar a Mongólia do atraso medieval e feudal para o socialismo.

Nesta data histórica na vida do vosso povo e do movimento comunista e revolucionário mundial, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do PPRM e por seu intermédio a todos os comunistas, aos operários, aos camponeses e a todo o povo trabalhador da Mongólia Socialista as fraternais saudações dos comunistas portugueses e deseja-lhes novos êxitos na sua actividade de edificação socialista.

Ao longo destes 60 anos, vencendo imensas dificuldades, fazendo frente com firmeza às agressões imperialistas e aos expansionistas chineses, afirmando-se como membro firme da comunidade socialista, a Mongólia alcançou apreciáveis sucessos no desenvolvimento da sua agricultura e pecuária socialista, na industrialização, na ele-

vação do nível de vida material e espiritual do povo. A política de paz e solidariedade internacionalista da RPM constitui um factor de grande importância no combate à contra-ofensiva militarista agressiva do imperialismo, à defesa da paz na Ásia e no mundo.

Confirmamos as previsões de Lênine sobre a possibilidade da passagem directa do feudalismo ao socialismo, nas novas condições históricas criadas pelo triunfo da Revolução de Outubro, a revolução popular mongol, avançando por caminhos até então inexplorados constitui um património inestimável do movimento operário de todo o movimento revolucionário, de todos os povos que lutam pelo seu emancipação nacional e social. A experiência da República Popular da Mongólia mostra como um povo pode libertar-se do atraso e da opressão secular e avançar pelo caminho do progresso social e do socialismo sob a direcção de um partido revolucionário de vanguarda marxista-leninista, empreendendo profundas transformações económicas e sociais, mobilizando a energia criadora das massas populares, desalojando relações de exploração e solidariedade internacionalista com a URSS e os outros países da comunidade socialista.

É por tal caminho que na África, Ásia e América Latina avançam hoje novas revoluções libertadoras de um imenso alcance e significado revolucionário.

Queridos Camaradas: Os sucessos e realizações da Mongólia Socialista constituem um importante incentivo à luta dos comunistas e do Povo português em defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril. Desejando-vos os maiores êxitos na aplicação das decisões do 18.º Congresso do PPRM, na edificação da vossa pátria socialista, expressamos-vos a nossa vontade de continuar a agir pelo fortalecimento das tradicionais relações de amizade e solidariedade fraternal existentes entre os nossos dois partidos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 60.º Aniversário da Revolução Popular Mongol!
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

SEMANA Internacional

8 Quarta-feira

Um jovem é morto a tiro em Belfast pelo Exército britânico que ocupa a Irlanda do Norte, quando este abriu fogo sobre manifestantes católicos que protestavam contra a morte de Joe McDonnell, após 61 dias de greve da fome na cadeia de Maze; entretanto e pela quarta noite consecutiva, nos bairros pobres de Londres e Liverpool, jovens desempregados entram em confronto com a polícia, que fez dezenas de prisões. O primeiro-ministro francês, Pierre Mauroy, anuncia que o seu governo vai dar prioridade ao combate ao desemprego e à nacionalização de grupos económicos da Banca, sublinhando perante a nova Assembleia Nacional francesa que não há nova política económica possível sem o controlo efectivo do crédito. A imprensa italiana noticia que figuravam entre os documentos apreendidos à filha do chefe da "Loja Maçónica P-2" um relatório da CIA sobre uma "conspiração internacional" e extractos de contas bancárias na Suíça. A revista mexicana "Por Esto" revela que os grupos paramilitares ao serviço do regime fascista da Guatemala são responsáveis por uma média de 50 assassinios por dia.

9 Quinta-feira

Autoridades de emigração anunciam que pelo menos 200 000 salvadoreños fugiram para o estrangeiro, principalmente para os EUA e o Canadá, nos últimos 18 meses, para escaparem à violência política em El Salvador, enquanto 300 000 pessoas no interior do país se tornaram refugiadas, fugindo de um lado para o outro em busca de segurança; foram mortas no país, desde o início do ano passado, cerca de 22 000 pessoas. O almirante Giovanni Torrisi demite-se do cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas italianas depois do seu nome ter sido incluído na lista de personalidades pertencentes à associação secreta "Loja Maçónica P-2". A comissão católica irlandesa "Paz e Justiça" acusa o governo de Londres de ter falhado as negociações fazendo crer que interviria a tempo de impedir a morte do nacionalista irlandês Joe McDonnell, cujo funeral está marcado para amanhã.

10 Sexta-feira

A Força Aérea sionista bombardeia a região de Nabatiyeh, no sul do Líbano, matando três pessoas e ferindo 15, atingindo incêndios e destruindo uma ponte recentemente construída entre duas aldeias; entretanto Yasser Arafat, presidente da OLP, afirma em Belgrado que Israel possui 18 ou 20 bombas atómicas. O primeiro-ministro indiano Indira Gandhi manifesta profunda preocupação pela venda de caças bombardeiros "F-16" norte-americanos ao Paquistão, considerando que o fornecimento de armamento tão sofisticado pelos EUA ao regime de Islamabad desequilibrará profundamente a relação de forças entre os dois países, obrigando-os a uma corrida aos armamentos prejudicial a ambas as partes e ao Sudoeste Asiático. O Exército britânico carrega e dispara sobre a multidão que acompanhava o funeral de Joe McDonnell, na Irlanda, matando duas pessoas e ferindo várias.

11 Sábado

Na sequência da recente visita do ministro dos NE espanhol aos EUA, onde conferenciou com o presidente e vice-presidente deste país, o governo da UCD anuncia oficialmente que "está a encerrar" uma aceleração dos seus planos referentes à entrada da Espanha na NATO. O ministro britânico do Trabalho admite que o desemprego é uma das causas da violência que assola o país, contrariando assim a posição de Margaret Thatcher, que insiste em negar ser essa a origem dos tumultos; entretanto o ministro do Interior, William Whitelaw, proíbe todo o tipo de manifestações em Londres desde hoje até 10 de Agosto, enquanto o seu governo encara a possibilidade de o Exército intervir na repressão dos protestos juvenis. A cidade de Miami, nos EUA, é palco de novos incidentes entre cidadãos negros e a polícia, depois desta ter morto a tiro um jovem negro.

12 Domingo

A República Democrática de S. Tomé e Príncipe comemora o 6.º aniversário da proclamação da independência, assinalando simultaneamente um largo conjunto de transformações verificadas durante estes seis anos que separam o país do colonialismo. O presidente francês, François Mitterrand, parte para uma visita oficial à RFA. Aviação sionista ataca de novo campos de refugiados palestinos no Líbano. Fontes oficiais britânicas revelam que foram presos mais de mil jovens durante nove dias de confrontos sucessivos com a polícia. O Vietname considera que a conferência da ONU sobre o Kampuchea, que começará amanhã, é ilegal, unilateral e está condenada ao fracasso. O jornal "Granma" anuncia a detenção de um grupo de sabotadores infiltrado em Cuba a partir dos EUA (onde foram treinados) para prepararem um atentado contra o presidente Fidel Castro.

13 Segunda-feira

Enquanto Margaret Thatcher, primeiro-ministro do governo conservador britânico, era recebida à porta da Câmara Municipal de Liverpool com tomates e rolos de papel higiénico atirados por manifestantes desempregados, a revolta dos jovens na Grã-Bretanha estende-se à Escócia, onde movimentações em dois pontos distintos da cidade costeira de Dundee levaram à prisão de 16 jovens. O presidente francês François Mitterrand e o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, terminam dois dias de conversações aprovando uma estratégia comum para a cimeira das sete potências capitalistas que na próxima semana se realiza em Ottawa. Jean-Pierre Vignard, no regresso de uma missão de informação a Marrocos mandatada pelo Comité dos Juristas Católicos, Federação Internacional dos Direitos do Homem e como bastião da Ordem dos Advogados franceses, denuncia em Paris que a repressão em Marrocos contra a greve nacional do passado dia 20 de Junho matou 637 pessoas, um terço das quais crianças e adolescentes.

14 Terça-feira

O escritor francês Luis Aragon, membro do CC do PCF e prestigiado nome da cultura do seu país, é agraciado pelo presidente François Mitterrand, no decorrer das comemorações do 14 de Julho, com a Ordem da Legião de Honra. Continuam as revoltas de jovens desempregados que vai fornecer à polícia equipamento paramilitar, nomeadamente carros blindados e espingardas de balas de borracha, até agora apenas utilizadas pelo Exército, na Irlanda do Norte. Inicia-se em Varsóvia o Congresso Extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco (POUP).

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 11 de Julho de 1536 morre em Basileia Desidério Erasmo, humanista, filósofo, pedagogo e ensaísta holandês, considerado o mais ilustre humanista da Renascença.

Internacional Madama Thatcher acha que a questão é de polícia!

Morreram mais dois grevistas da fome, na prisão de Long Kesh, no Ulster - Joe McDonnell, que tinha tomado o lugar de Bobby Sands, a 9 de Maio, e Martin Hurson, após 45 dias de greve de fome. Nas ruas de Belfast a polícia e o Exército atiram a matar. Jovens e mulheres são assassinados com balas de plástico. Na Grã-Bretanha alinham-se novas decisões para o agravamento da repressão face ao movimento de protesto juvenil que alastra por todo o país.

Em ambos os casos os problemas permanecem por resolver - não se admite sequer, a nível governamental, apreciar a questão da independência total da Irlanda ou enfrentar as causas das gravíssimas proporções atingidas pelo desemprego, pela deterioração da habitação, pelo racismo na Grã-Bretanha. A resposta, num e noutro caso, é a única conhecida pela direita - a repressão.

Já quase estamos habituados a que o governo salvadoreño proceda a um sistemático genocídio da população, nas Honduras o assassinato de camponeses seja coisa corrente, na Guatemala se mate antifascistas por vezes ao ritmo de 50 por dia, e as prisões do Chile e do Uruguai estejam cheias. Já estamos quase habituados a que uma guerra não declarada lavre de facto nas fronteiras angolanas, onde a África do Sul faz um número crescente de vítimas e, no Médio Oriente, Israel chace as populações palestinas que expulsou das suas terras impedindo a concretização do seu legítimo direito a uma pátria.

Na Europa, por razões históricas, pela grande força da classe operária numa zona de há muito fortemente industrializada, e em particular depois do debute dos regimes fascistas em Portugal, Grécia e Espanha - na Europa, a repressão violenta, o assassinato não puderam continuar a ser factos quotidianos (se excluímos o caso conhecido da Turquia).

Entretanto os factos indicam que confrontada com o avanço da revolta das massas, com o avanço das forças da esquerda, a direita no poder também mata, aqui mesmo, na Europa. A Grã-Bretanha é neste momento o mais claro exemplo desta realidade.

Quando soldados carregam sobre um funeral No dia 10 registou-se um facto até à data inédito na Irlanda: tropas britânicas carregaram sobre os acompanhantes do funeral de Joseph McDonnell, numa tentativa de prender os militantes do IRA que transportavam a urna. E carregaram com a habitual violência, "abrindo" caminho com balas de plástico (que fizeram mais duas vítimas). Essa brutal intervenção mostrou com toda a clareza o carácter da política repressiva do governo. Mas não só: mostrou também uma outra coisa não menos importante. A multidão de cinco mil pessoas presentes no funeral serviu de escudo aos militantes do IRA, protegeu-os, atacou mesmo os soldados com pedras e tijolos para dificultar a perseguição. Uma acção só possível quando uma população está perfeitamente convicta de que defende os seus interesses. Uma acção de um povo contra as forças repressivas da potência colonial que pretende, eternizar a sua ocupação.

Neste momento há sete grevistas da fome em Long Kesh. Foram interrompidos os contactos da comissão católica "Paz e Justiça" com o mediano entre os presos e o governo da Grã-Bretanha, pelo manifesto desinteressado deste em dar qualquer resposta válida às reivindicações apresentadas, ao sequer encetar contactos. Uma situação que se arrasta sem qualquer solução à vista? Parece ser essa de facto a intenção do governo britânico. Mas isso só prova a falta de realismo político do governo conservador - em relação ao Ulster, como em relação à própria Grã-Bretanha onde os problemas se avolumam extraordinariamente. Não é por acaso que o movimento popular no Ulster assume importantes proporções e se acentua a solidariedade a nível internacional. Não é por acaso que a comissão política do Partido Trabalhista britânico recomendou o apoio à renúncia da Irlanda do Norte com a República da



O desemprego é um problema central na Grã-Bretanha. "Queremos o direito ao trabalho"

Irlanda. Não é por acaso que as eleições na República da Irlanda foram dominadas pelos acontecimentos no Ulster e o actual governo considera a solução de tais problemas como uma preocupação dominante.

«Não há mais razão em Liverpool, que outro sítio qualquer?»...

Foi com estas palavras que o ministro britânico do Interior, William Whitelaw, comentou a explosão de descontentamento popular, em particular da juventude, em Liverpool. E nisso - unicamente nisso - é facto que estamos todos de acordo. Já é difícil alinhar os nomes dos bairros de Londres e das cidades (não só de Inglaterra - agora também da Escócia) onde se registam verdadeiros combates de ruas entre grupos de jovens e a polícia. Southall (em Londres), onde se verificou uma provocação montada pela organização nazista Frente Nacional, Toxteth, em Liverpool, Wood Green (Londres), Manchester, Brixton (sul de Londres). Nomes a que se sucederam muitos outros, abarcando a quase totalidade do país. Porquê?

O Sindicato dos Professores - Nacional Union of Teachers (NUT) de Liverpool - em relatório recente (anterior ao deflagrar desta revolta generalizada), referindo-se aos acontecimentos de Bristol (onde se registaram também movimentos de protesto semelhantes aos actuais), destacava: «os jovens negros e brancos em Bristol sentem-se sufocados pelas autoridades, e podemos dizer a mesma coisa aqui em Liverpool. Reagiram em Bristol e isso pode acontecer aqui, porque o esquema é o mesmo».

Que esquema? Liverpool tende a ser uma «cidade fantasma». Os edifícios, por vezes luxuosos, estão em grande parte abandonados e vazios. Anúncios de fábricas à venda são comuns. Há 10 anos a população era de 750 000 habitantes, hoje não passa do meio milhão. Segundo dados estatísticos recentes quase 82 000 pessoas procuravam emprego, enquanto a oferta de postos de trabalho é de cerca de 1 000. Na cidade a taxa de desemprego é de 17% da população activa, atingindo os 40% no bairro de Toxteth (entre a população negra 60%). O problema do racismo resalta claramente - os negros constituem 7% da população e não passam de 0,75% das pessoas empregadas.

Trata-se de problemas generalizados, e nem sequer novos. Bristol foi um alerta. Coventry um outro exemplo do descontentamento popular e da resposta única do regime: face a uma manifestação de 10 mil pessoas (a maior de que há memória nos últimos 60 anos) contra os ataques racistas às comunidades asiáticas da cidade, a polícia carregou brutalmente. Isto passou-se em Maio. Já então a polícia inglesa tinha perdido o tal ar de «gentleman», que cinicamente membros do governo lamentam seja forçada a «perder» nas circunstâncias actuais.

A resposta do governo é única:

a repressão. Um deputado conservador chegou mesmo a propor o restabelecimento dos castigos corporais (o que não será tão novidade como isso - não se tortura sistematicamente nas prisões do Ulster?). Entretanto, o ministro do Interior anunciou perante a Câmara dos Comuns que o equipamento das forças policiais seria reforçado. O gás C.S., que provoca nomeadamente vômitos, foi utilizado em Liverpool. Admite-se a hipótese de utilização de blindados e balas de plástico (que já fizeram inúmeras vítimas na Irlanda do Norte), canhões de água e gases lacrimogénicos. O exército poderá ser enviado contra o movimento dos jovens desempregados. Estão a ser preparados tribunais especiais. Foram proibidas as manifestações em Londres até 10 de Agosto. Os presos já são mais de mil.

Das raízes do problema

Cerca de 720 mil jovens britânicos estão a fazer os seus exames finais do secundário e preparam-se para entrar na vida activa. Oficialmente os centros de colocação não têm mais do que quatro mil postos de trabalho para lhes oferecer. Isto quando a taxa de desemprego entre a juventude já atinge os 40% e, de acordo com os números divulgados pelo Congresso dos Sindicatos Britânicos, os desempregados atingiram de facto neste momento os três milhões e 773 mil (pelo menos mais um milhão só neste último ano).

Esta situação, característica da economia capitalista, agravou-se profundamente com a política do governo conservador. Nos últimos meses a economia britânica mergulhou numa crise que o País não conhecia desde a grande depressão dos finais da década de 20. A produção industrial desceu para o nível de há 15 anos atrás, o número de desempregados é o mais elevado em meio século.

Registaram-se cortes em todos os sectores do orçamento, excepto o militar. A indústria do aço despediu cerca de 80 mil trabalhadores, a indústria têxtil e o sector de serviços um total de 200 mil pessoas. A educação e a saúde pública são particularmente atingidas. Diminuiu o volume e a qualidade dos benefícios sociais, atingindo de forma dramática as famílias de mais baixos rendimentos.

Se a resposta única que o governo conhece para as consequências dos problemas que é a repressão, o povo da Grã-Bretanha conhece outra - essa, sim, adequada a uma situação em permanente deterioração: a luta contra a política governamental, pela demissão do gabinete conservador.

De 1 a 30 de Maio decorreu na Grã-Bretanha a marcha contra o desemprego, de Liverpool a Londres, passando por dezenas de cidades e fábricas, onde se realizaram comícios e manifestações. A marcha terminou com um comício gigante e uma manifestação de cerca de 150 mil pessoas, onde se exigiu mais trabalho e menos dinheiro para armas e a urgência da criação de um movimento de massas pela demissão do governo de Thatcher.

Congresso extraordinário do POUP

Iniciaram-se na terça-feira em Varsóvia os trabalhos do congresso extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), com a presença de 1964 delegados e 10 delegações de dez partidos comunistas e operários dos países socialistas.

O Congresso, cuja realização foi decidida no Outono do ano passado, decorre em circunstâncias particularmente difíceis e reflecte, mesmo na sua composição, o momento delicado que o país e o POUP atravessam. Assim, em números não definitivos (uma semana antes do fim da eleição dos delegados ao Congresso), a composição social dos delegados era de: 19,8% de operários, 9,8% de camponeses, 61,1% de trabalhadores intelectuais e quadros técnicos, 4,7% de mulheres. Números que ressaltam muito particularmente - como também foi assinalado por dirigentes polacos - a muito baixa percentagem de operários e o reduzido número de mulheres.

A difícil situação no país sofreu um novo agravamento em vésperas do congresso extraordinário. Os estivadores dos portos do Báltico realizaram a 8 de Julho uma greve de «aviso» de uma hora (com a ameaça de uma greve geral ilimitada a partir de 17 de Julho), reivindicando regalias superiores

às dos outros sectores de trabalhadores do país. Também os trabalhadores da Companhia Aérea Nacional pretenderam impor, através de uma greve de 4 horas, e da ameaça da declaração de greve geral a partir de 24 deste mês, a escolha de um candidato à direcção da Companhia, escolha que se chocava com características deste sector de trabalho que se prendem com a segurança do país.

O governo polaco recusou ceder a esta exigência e anunciou, através do ministro dos Transportes, a nomeação de um general para a direcção da companhia polaca de transportes aéreos - medida que não desencadeou qualquer reacção dos mesmos que há dias ameaçavam com a greve geral.

Por outro lado, numa medida destinada a limitar a amplitude da acção da provocação interna, foi ordenado o retorno à prisão de três dirigentes do grupo anti-socialista Confederação da Polónia Independente. Este conjunto de factos actuais reflecte as dificuldades e complexidade da situação presente e a necessidade e a possibilidade de fazer frente à acção das forças reacionárias que actuem com o auxílio do imperialismo, usando e abusando dos reflexos sociais dos erros cometidos para utilizar os trabalhadores numa acção contra os seus próprios interesses.

A confiança do mundo socialista e dos partidos operários e forças progressistas na capacidade do povo e dos comunistas polacos de superarem com êxito a actual situação está bem patente no auxílio, nomeadamente material, que tem sido facultado à Polónia. Como afirmou o vice-ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Marian Dobrosielski, em Ancara, na Turquia, «desde o começo dos problemas no meu país, os soviéticos tentaram ajudar a Polónia nos planos económico e sociopolítico».

Também o Partido Comunista Português é profundamente solidário com os comunistas polacos no estorço desenvolvido para superar a situação actual, como é realçado na mensagem do Comité Central do POUP, que publicamos na página dois.

No discurso de abertura do Congresso extraordinário do POUP, o primeiro-secretário do CC, camarada Stanislaw Kania, afirmou claramente, referindo-se às expectativas dos inimigos do socialismo: «a Polónia é e continuará a ser um elo durável da comunidade socialista. A amizade fraterna e a aliança da Polónia com a União Soviética e com os outros países socialistas foram, são e continuarão a ser a pedra angular da nossa política externa».

Saudação do CC do PCP ao Comité Central do POUP

Queridos Camaradas,

No momento da realização do IX Congresso Extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco, o Comité Central do POUP expressa ao Comité Central do PCP e ao seu intermédio aos comunistas, à classe operária e ao povo trabalhador da Polónia Socialista os sentimentos de fraterno solidariedade dos comunistas portugueses.

O IX Congresso do POUP tem lugar numa situação particularmente difícil para a Polónia. Explorando erros e debilidades na actividade do POUP e no processo de edificação do socialismo, as forças anti-socialistas internas, contando com o apoio directo e indirecto do imperialismo, tentam desestabilizar a situação e aprofundar a crise, minar a coesão e o prestígio do partido, paralisar a autoridade do poder popular, enfraquecer os laços de amizade e cooperação da Polónia com a URSS e os outros países socialistas, criar uma situação contra-revolucionária.

Expressando a nossa solidariedade aos comunistas polacos na sua acção para corrigir os erros e deficiências cometidos, reforçar a coesão das suas fileiras, fortalecer o papel dirigente do partido e estreitar os seus vínculos com a classe operária e as massas, fazemos votos para que as decisões do IX Congresso do POUP contribuam de maneira decisiva para superar a crise com que a Polónia se defronta, para isolar e derrotar as forças anti-socialistas, afastar a ameaça contra-revolucionária, defender e consolidar as conquistas do socialismo.

A evolução da complexa e difícil situação no vosso país, assim como os seus reflexos na situação internacional, tem sido seguida pelos comunistas e pelos trabalhadores portugueses com grande preocupação mas também com elevado espírito de solidariedade. A Polónia Socialista desfruta de uma grande estima e prestígio entre os comunistas e os trabalhadores de Portugal. Não estão esquecidos os sofrimentos e destruições impostas ao povo polaco pela barbárie nazi-fascista, a alegria da libertação conquistada com a ajuda fraterna do exército soviético, o heróico trabalho de reconstrução nacional, os êxitos e realizações históricas do socialismo, o papel desempenhado pela Polónia como membro firme da comunidade dos países socialistas em defesa da Paz na Europa e no mundo.

Durante os tempos da luta clandestina contra a ditadura fascista como após a revolução de 25 de Abril de 1974, os comunistas portugueses sempre consideraram as realizações da Polónia e dos outros países socialistas como um incentivo e uma contribuição para a sua própria luta. Hoje, as forças reacionárias e o seu governo, empenhadas numa perigosa ofensiva contra as conquistas da revolução portuguesa procuram explorar os acontecimentos no vosso país para combater o nosso partido, para enfraquecer a influência e prestígio do PCP entre as massas, para intensificar os ataques às liberdades democráticas e outros direitos dos trabalhadores, para justificar o alinhamento servil de Portugal com a política belicista do imperialismo e participar activamente nas campanhas anti-soviéticas e nas actividades subversivas da reacção interna-

cional contra a Polónia e os outros países socialistas. Fazendo frente a tais campanhas e actividades, o PCP afirma perante o Povo português as suas posições de princípio, internacionalistas e expressa a sua confiança de que os comunistas e o povo polaco, contando com a solidariedade fraterna do movimento comunista internacional e das forças progressistas, vencerão as presentes dificuldades e prosseguirão em frente pelo caminho da construção do socialismo.

A defesa e consolidação do socialismo na Polónia é do interesse, não apenas dos trabalhadores e do povo polaco e da defesa de independência e integridade territorial da vossa pátria, mas de todo o movimento comunista e revolucionário mundial, de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Pelas suas realizações, pelo seu potencial económico e defensivo, pela força de atracção do seu exemplo, pela sua política de paz e de solidariedade internacionalista, os países socialistas representam um factor decisivo para a defesa da paz e o avanço do processo revolucionário mundial. Na presente situação em que o imperialismo, e em primeiro lugar, o imperialismo norte-americano e os círculos mais belicistas da NATO, põe em marcha uma perigosíssima contra-ofensiva militarista e agressiva, investindo contra o desanuvamento e ameaçando a paz, a defesa e consolidação do socialismo na Polónia assume ainda maior importância política.

O imperialismo e a reacção internacional, que sempre fizeram da luta contra os países socialistas um alvo fundamental da sua estratégia, procuram por todas as formas, as mais abertas como as mais insidiosas, explorar a crise económica, social e política que o vosso país atravessa para minar as posições do socialismo na esperança de alterar em seu favor a correlação de forças e vibrar um rude golpe no movimento operário e no movimento de libertação nacional. Expressamos a nossa confiança em que tal não sucederá e que, como no passado, a Polónia continuará a ser um membro firme da comunidade dos países socialistas.

Queridos Camaradas, Uma vez mais fazemos votos para que as decisões do vosso IX Congresso conduzam ao reforço do POUP e do seu papel dirigente, à superação das dificuldades, ao fortalecimento do socialismo na vossa pátria.

Entre o Partido Comunista Português e o Partido Operário Unificado Polaco forjaram-se ao longo de muitos anos de combate comum sólidos laços de amizade, cooperação e solidariedade fraterna, assentes nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Continuaremos a agir para que esses laços se estreitem ainda mais no futuro, no interesse da luta dos povos pela liberdade, a independência, a paz e o socialismo.

Viva a amizade entre o PCP e o POUP!
Viva o marxismo-leninismo!
Viva o internacionalismo proletário!

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Lisboa, 10 de Julho de 1981

Solidariedade

Turquia

Foram recentemente pedidas no tribunal militar do regime antidemocrático que tomou o poder após o golpe de Setembro do ano passado na Turquia mais de 134 penas de morte para outros tantos réus, da esquerda na sua maioria. Oito pessoas foram já enforcadas no seguimento do golpe.

O Secretariado Nacional da CGTP-Intersindical Nacional, em carta enviada recentemente ao embaixador da Turquia em Portugal, repudiou as condenações exigidas pelos militares no poder para os representantes sindicais turcos encarcerados, manifestando também o seu protesto pela situação vivida naquele país. A imediata e incondicional libertação de todos os presos políticos e sindicais na Turquia e o pleno restabelecimento da democracia foi também reclamado pela central sindical portuguesa.

El Salvador

O representante da Frente «Farabundo Martí» de Libertação Nacional (FMLN), Camilo Rivera, condenou na Costa Rica a tentativa da junta militar fascista de El Salvador de organizar «eleições gerais», manobra que classificou como de iniciativa do interesse do executivo norte-americano chefiado por Reagan, com a finalidade de «reabilitar» a junta militar aos olhos da opinião pública mundial. A violência continua a assolar o país. Nos últimos dias, registaram-se mais de meia centena de mortos e continuam os sequestros e desaparecimentos de pessoas. Contam-se hoje mais de duas centenas de milhares de pessoas que fugiram para o estrangeiro, ao passo que 300 mil se tornaram refugiadas no seu próprio país. Desde o início do ano passado que cerca de 22 mil pessoas foram mortas durante a guerra civil que opõe a maioria da população contra a junta fascista.

Entretanto, na sua viagem pela América Latina, o secretário-geral do PS, Mário Soares, pouco caso faz das razões que levam o povo de Salvador a insurgir-se contra o poder fascista. Declarou, nada menos, que o que era preciso era que os «dirigentes» de Salvador «manifestassem a necessidade de encontrar uma solução negociada para o conflito e vias de diálogo político para pôr fim à guerra e à guerra». Onde está o direito que a Constituição Portuguesa reconhece aos povos de insurreição contra todas as formas de opressão?

Chile

Foram presos, na semana passada, dez dirigentes sindicais da central operária Coordenadora Nacional Sindical, do Chile. Os sindicalistas foram acusados de «assumirem a representatividade dos trabalhadores». A junta dirigida por Pinochet, por seu lado, nega-se a reconhecer esta organização.

Festa do Avante!

Da freguesia da Ajuda vem o exemplo!

Os camaradas da freguesia da Ajuda, em Lisboa, estão firmemente empenhados na venda militante da EP, conscientes da importância de que a tarefa se reveste para o êxito da Festa do «Avante!».

A venda de 1300 Entradas Permanentes é a meta estabelecida pela organização. Uma meta que está ao seu alcance e que, ao mesmo tempo, constitui um exemplo significativo do esforço e do carinho em torno da maior Festa do Portugal de Abril.

Na organização do Partido na Ajuda há, entretanto, camaradas que se vão destacando na concretização das vendas.

É o caso das camaradas **Omelas** (já vendeu mais de uma centena), **Alzira** e **Adelaide** (80 cada uma).

Bom trabalho, camaradas!

Números do 1.º sorteio

No decorrer da Festa da Primavera, realizada no passado fim-de-semana em Paivas (Amora), efectuou-se o primeiro sorteio das entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!».

Foram apurados os seguintes números:

1.º — 1 Tenda de Campismo com 2 quartos.....	238191
2.º — 1 Barco de fibra de vidro.....	75345
3.º — 1 Fogão (porta bilhas).....	112301
4.º — 1 Bicicleta para criança.....	223172
5.º — 1 Mala isotérmica.....	044501
6.º — 1 Lanterna.....	162457
7.º — 1 Mesa de campismo e 3 bancos.....	162459
8.º — Livros da CDL no valor de 1000\$00.....	044265
9.º — Livros da CDL no valor de 1000\$00.....	044236
10.º — Livros da CDL no valor de 1000\$00.....	042810
11.º — Livros da CDL no valor de 1000\$00.....	200980
12.º — Livros da CDL no valor de 1000\$00.....	031649
13.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	052242
14.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	050616
15.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	010182
16.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	180297
17.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	180326
18.º — Livros da CDL no valor de 500\$00.....	109950
19.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	119417
20.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	037391
21.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	205261
22.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	238192
23.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	198055
24.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	035749
25.º — Assinatura da revista «Vida Soviética» por 1 ano.....	186639

Parabéns aos contemplados.

A possibilidade de ficar com bons prémios é uma das consequências da compra com antecedência da EP para a Festa do «Avante!».

Mas comprar a EP é também ajudar a erguer a maior Festa do Portugal de Abril!

Mãos à obra!

EP

EP

EP

EP

EP

EP

festa do Avante!

Uma importante novidade!
É ainda este mês que o «Avante!» começará a divulgar o programa e artistas da Festa!
E há de que falar!

As excursões

Preparar a ida e a participação na festa do «Avante!» é uma tarefa em que se têm empenhado muitas dezenas de camaradas da Organização do Porto.

Pensar nos stands, o que é melhor lá pôr, como os vamos arranjar; recolher ofertas; assegurar camaradas para a sua montagem — enfim, há um intenso trabalho para concretizar!

E o desporto? Também se tem pensado seriamente nisso e há já equipas (de várias modalidades) prontas a participar.

Mas para participar é preciso lá chegar e naturalmente não vai haver problema: 40 excursões e um comboio especial estão já assegurados para podermos ir todos à Festa do «Avante!»

O desporto

Na cidade de Lisboa, avança com grande entusiasmo o programa desportivo da Festa do «Avante!».

Das várias modalidades em actividade, podemos referir, por exemplo o futebol (adultos e Pioneiros), xadrez e atletismo (corrida popular).

O torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!» passou já à segunda fase. Equipas apuradas: Onze Unidos A; Os Barriguinhas da Adega Tagarro; Estrelas do Monte; Meditec; Fórmula 8; Cosmos da Musgueira; GD Choice; Racing de Alfama; XZ Carris/Cabo Ruivo; e Os Manacas.

O torneio dos Pioneiros prossegue no sábado, dia 18, com os seguintes encontros: Centro Cultural Magalhães Lima "A" — Os Leões de

Telheiras; Raposos Brancos (Olivais) — Avante Clube da Picheleira; CC Magalhães Lima "B" — Pioneiros de S. Bernardo; Os Machadinhos (Olivais) — Águias dos Olivais.

O torneio de xadrez inicia-se no próximo dia 21 (terça-feira). As inscrições funcionam em todos os Centros de Trabalho do PCP na cidade de Lisboa, nomeadamente no Vitória, na Avenida da Liberdade, e também no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, no Rossio.

Dia 26 (domingo), Belém vai conhecer uma animação desportiva com características populares. Trata-se da Corrida organizada pelos camaradas do CLL, a que já nos referimos em pomenor numa edição anterior.

As inscrições realizam-se em todos os CTs do Partido.

O trabalho

Muitas estruturas de pé. Demarcações no terreno para a localização dos pavilhões. As tarefas principais na zona do serviço de apoio quase concluídas.

Enfim, esta é a «imagem» que de forma resumida podemos dar aos nossos leitores sobre o que realmente se passa no Alto da Ajuda.

O balanço das várias jornadas de trabalho (fins-de-semana) é francamente positivo e o apelo que aqui no «Avante!» vai uma vez mais surgir relaciona-se com grande necessidade em mão-de-obra geral. A construção da Festa entrou numa fase de grande ritmo. São necessários muitos camaradas e amigos, com ou sem especialização profissional nas tarefas mais conhecidas: carpintaria, montagem de tubos, pintura, electricidade, etc.

Por isso, o próximo fim-de-semana (à semelhança do último, que registou uma boa participação) vai ser fundamental. Uma nova fase nascerá na edificação da maior Festa do Portugal de Abril. Todos lá estaremos!

É verdade: estamos num período de férias. A praia é, sem dúvida, um local que atrai... Mas o fim-de-semana tem muitas horas. Passar pelo Alto da Ajuda (onde há chuveiros e não só...) e contribuir para a construção da Festa quer dizer também que não vamos estar na longa bicha para a praia. E também que aos bons ares da praia iremos «juntar» os melhores ares da Ajuda. Sábado e domingo lá estaremos!